



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CAMPUS V
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS - CCBSA
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PALOMA REINA NALIN FERNANDES

**“E SE O OBJETO COMEÇASSE A FALAR?”: A GUERRA COMO UMA
EXPERIÊNCIA EMOCIONAL A PARTIR DAS NARRATIVAS DAS MULHERES
COMBATENTES**

JOÃO PESSOA - PB
2024

PALOMA REINA NALIN FERNANDES

**“E SE O OBJETO COMEÇASSE A FALAR?”: A GUERRA COMO UMA
EXPERIÊNCIA EMOCIONAL A PARTIR DAS NARRATIVAS DAS MULHERES
COMBATENTES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Área de concentração: Segurança Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre.

**JOÃO PESSOA - PB
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F363s Fernandes, Paloma Reina Nalin.
"E se o objeto começasse a falar?" [manuscrito] : a guerra como uma experiência emocional a partir das narrativas das mulheres combatentes / Paloma Reina Nalin Fernandes. - 2024.
54 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2024.
"Orientação : Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA. "
1. Mulheres combatentes. 2. Estudos feministas . 3. Narrativas pessoais. 4. Gênero e segurança. 5. Segurança internacional. I. Título

21. ed. CDD 305.4

PALOMA REINA NALIN FERNANDES

“E SE O OBJETO COMEÇASSE A FALAR?”: A GUERRA COMO UMA EXPERIÊNCIA
EMOCIONAL A PARTIR DAS NARRATIVAS DAS MULHERES COMBATENTES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Relações
Internacionais da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Relações Internacionais.

Área de concentração: Segurança
Internacional.

Aprovada em: 25/06/2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **FABIO RODRIGO FERREIRA NOBRE**
Data: 25/06/2024 14:36:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre. (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente
 **GABRIELA GONCALVES BARBOSA**
Data: 26/06/2024 00:15:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Gabriela Gonçalves Barbosa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente
 **XAMAN KORAI PINHEIRO MINILLO**
Data: 26/06/2024 10:43:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Xaman Korai Pinheiro Minillo
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Dedico este trabalho às mulheres combatentes que enfrentaram suas guerras em silêncio e se foram sem que pudéssemos ouvi-las. Dedico também às pesquisadoras e mulheres que lutam incansavelmente para que essas narrativas sejam reconhecidas e amplificadas.

Dedico especialmente à mulher da minha vida, minha Mãe, Deborah, que me ensinou a ser livre, e a querer livre também o outro.

Em memória de Maria Fernandes (Vó Maria), Emiliana Pereira da Silva (Minha Aninha) e Sônia Eliza de Domenico Nalin (Tia “Sonha”), grandes mulheres da minha vida as quais eu não tive a oportunidade de dar adeus. Dedico a elas minha saudade mais linda.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, que me deu coragem e força para seguir meu destino e, nos momentos mais difíceis, me ensinou que a vida é cheia de “morangos à beira do abismo”. Agradeço a mim, que distraída que sou, caminha pelos abismos da vida com olhos encantados pelos morangos. A minha mãe, Deborah Reina Nalin, minha melhor amiga, que ao longo desses quatro anos se fez presente a cada segundo, mesmo com a distância. Mãe, seu amor me salva todos os dias. Obrigada por me ensinar a sonhar e a não desistir dos meus sonhos, a amar a vida e por ser quem nunca solta a minha mão, plantando moranginhos ao longo de toda a minha jornada.

Agradeço ao meu pai, Leonardo Fernandes, o homem que mais amo. Que tem o maior e mais sensível coração, vive a vida com a pureza de uma criança, mas é a pessoa mais forte que conheço, meu porto seguro. Pai, você é meu maior orgulho, obrigada por me amar incondicionalmente e por me proporcionar tudo aquilo que você sempre sonhou para mim. Ao meu irmão, Luan Fernandes, que me viu crescer e me ensina a viver, que é a melhor parte de mim, e enquanto eu existir será aquele a quem buscarei refúgio, e que tem em mim um refúgio também. A minha cunhada Emily Alves, amiga, confidente e irmã, com quem entre taças de vinho, muitas risadas e lamentações, estudávamos juntas, sempre apoiando uma à outra.

A minha avó Inês Reina, que por meio de suas histórias de infância e de guerra, me mostrou o poder da memória e da narrativa. Vó, suas histórias ainda serão lidas por muitos, e espero ser eu a pessoa a escrevê-las. Ao meu avô, Luiz Carlos de Domênico Nalin, que sempre me incentivou e proporcionou aquilo que tenho de mais valioso: os meus estudos. Vô, obrigada por acreditar em mim, te admiro muito e sou grata por tudo que o senhor é para mim. Agradeço também ao meu Tio, Henrique, mais conhecido como “Tiuiqui”, que sempre foi o melhor em me fazer ou morrer de rir, ou morrer de susto, mas sempre com muito amor. À minha tia, Fabíola, que sempre me recebeu com palavras de amor e carinho. Aos amores da minha vida, Nicole e Lorenzo, que me ensinaram o que era o amor de irmã mais velha, mesmo sendo meus primos. Que isso nunca mude, independente de onde eu estiver, vocês sempre encontrarão em mim um refúgio seguro nesse mundo.

Aos amigos que o destino colocou na minha vida: Vitória Vilas Boas, Nathalia Simioni, Murilo Bento, Nathalia Okde e Luigi Modolo. Não importa onde eu estiver, sempre levarei vocês comigo; ter a amizade de vocês já fez minha vida inteira valer a pena. A família que meu coração escolheu em João Pessoa: Noemi, Edson, Gisele, Lena e Elayne, que ao longo desses anos estiveram comigo nos melhores e piores dias. A amizade de vocês me salva todos os dias.

Agradeço, por fim, os professores Silvia Garcia Nogueira, André Pini, Jenifer Santana, Gabriela Gonçalves, Neto Galdino e Ana Beatriz Henriques, que a cada aula, mesmo que indiretamente, me proporcionaram algo inestimável: o conhecimento. Ao aprender com vocês, aprendi sobre a vida e sobre mim, pois ao lecionar, vocês foram capazes de transformar gaiolas em asas. Em especial, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Fábio Nobre, que me ajudou a transformar minhas inúmeras ideias em um trabalho de que tanto me orgulho. Obrigada por todas as reuniões, conselhos e correções, por me ajudar a perder o medo de escrever e a reconhecer minhas evoluções e boas ideias.

“Portanto, obrigada a cada um de vocês, que fazem parte da minha vida e que me permitem engrandecer minha história com os retalhos deixados em mim. Que eu também possa deixar pedacinhos de mim pelos caminhos e que eles possam ser parte das suas histórias. E que assim, de retalho em retalho, possamos nos tornar, um dia, um imenso bordado de 'nós'.”

- Cora Coralina

“Someday, women must build an alternative narrative, which can only come from the margins, a place of in-betweenness where we can meet each other.” - Elif Shafak

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
2	DEFINIÇÃO E EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE SEGURANÇA	16
2.1	Um Conceito Essencialmente Contestado	16
2.2	Abordagens Tradicionais em Segurança Internacional: Estudos Estratégicos, Dissuasão e Guerra Fria	17
2.2.1	<i>Segurança Para Quem? A (re)formulação do conceito de Segurança</i>	18
2.3	A Busca de Novos Paradigmas: Estudos Críticos de Segurança	20
2.3.1	<i>Principais Escolas dos Estudos Críticos</i>	21
2.4	Interseccionalidade de Gênero e Segurança: Sua Contribuição Inicial	23
2.4.1	<i>Mulheres como um grupo particular: O advento dos Estudos Feministas de Segurança</i>	24
2.4.2	<i>Entre Protetores e (Des)Protegidos: Para uma Compreensão Feminista Transformadora</i>	26
3	PODE A SUBALTERNA FALAR? A SUBALTERNIDADE A PARTIR DAS PERSPECTIVAS DE GÊNERO	27
3.1	O Subalterno Como Um Sujeito Feminino	28
3.2	O Pensamento Dissonante de C.T. Mohanty Sob os Olhos do Ocidente	29
3.3	Construção de Narrativas em meio à Guerra: A Representação de Gênero em Conflitos ao Longo da História	31
3.3.1	<i>Idade Antiga: Mitos, Rainhas e Almirante</i>	32
3.3.2	<i>Idade Média: Rainha Zenobia de Palmira e Amina de Zaria</i>	33
3.3.3	<i>Idade Moderna: As Guerreiras de Daomé e a Rani da Índia</i>	34
3.3.4	<i>O Século XIX: Revolucionárias da América-Latina</i>	34
3.3.5	<i>Século XX: O Batalhão da Morte e as Bruxas da Noite</i>	35
4	O IMPACTO DAS NARRATIVAS FEMININAS NOS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL	37
4.1	A Construção de Narrativas Feministas	38
4.1.1	<i>A Guerra Como Uma Experiência Emocional</i>	39
4.2	Análise dos Relatos na Obra “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher” de Svetlana Aleksievitch	40
4.2.1	<i>“Os Homens... A contragosto eles deixam as mulheres entrar em sua guerra, em seu território”:</i> Sobre Silenciamento e o (não) Pertencimento	41
4.2.2	<i>“Quem conta a guerra são as mulheres. Choram. Cantam enquanto choram”:</i> Memória, Dor e Medo	43
4.2.3	<i>“O coração só pede uma coisa: matá-los, matar o maior número possível, exterminar do jeito mais cruel”:</i> Crueldade, Ódio e Vingança	44
4.2.4	<i>“Como era ele, o amor? Ao lado da morte...”:</i> Sobre amor, morte e vida depois da guerra.....	46
4.3	Para uma “Cooperação Empática”: Uma Abordagem Feminista para a Reconstrução das mulheres no contexto pós-guerra.....	47

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
	REFERÊNCIAS	52

RESUMO

O presente trabalho investiga o impacto das narrativas pessoais das mulheres combatentes nos Estudos Feministas de Segurança Internacional. Partindo da hipótese de que essas narrativas desempenham um papel fundamental ao desafiar concepções tradicionais de segurança, o estudo explora como as experiências das mulheres em conflitos armados revelam múltiplas interações entre segurança e identidade. A pesquisa revisa a evolução dos Estudos de Segurança Internacional, destacando o surgimento dos Estudos Feministas como uma abordagem multinível e multidimensional que integra o gênero como categoria analítica essencial. Ao abordar o silenciamento histórico das mulheres subalternas, discute-se a exclusão de suas vozes na narrativa acadêmica e social, conforme argumentado por Spivak e Mohanty. Utilizando a obra “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher” de Svetlana Aléksiévitch como fonte primária, o estudo oferece uma análise detalhada das experiências emocionais e concretas das mulheres soviéticas combatentes na Segunda Guerra Mundial. Conclui-se que a amplificação dessas narrativas não apenas enriquece os Estudos Feministas de Segurança Internacional, mas também promove uma perspectiva empática e inclusiva sobre o papel das mulheres como agentes ativos na história e na Segurança Internacional.

Palavras-Chave: mulheres combatentes; estudos feministas; narrativas pessoais; gênero e segurança.

ABSTRACT

This study investigates the impact of personal narratives of women combatants on Feminist International Security Studies. Starting from the hypothesis that these narratives play a pivotal role in challenging traditional notions of security, the research explores how women's experiences in armed conflicts reveal multiple interactions between security and identity. The study reviews the evolution of International Security Studies, highlighting the emergence of Feminist Studies as a multi-level and multidimensional approach that integrates gender as a fundamental analytical category. Addressing the historical silencing of subaltern women, the study discusses the exclusion of their voices in academic and social narratives, as argued by Spivak and Mohanty. Using Svetlana Alexievich's work “The Unwomanly Face of War” as the primary source, the study provides a detailed analysis of emotional and concrete experiences of Soviet women combatants in World War II. It concludes that amplifying these narratives not only enriches Feminist International Security Studies but also promotes an empathetic and inclusive perspective on the role of women as active agents in history and International Security.

Keywords: women combatants; feminist international security studies; personal narratives; gender and security.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

De que forma as narrativas pessoais das mulheres combatentes contribuem para os Estudos Feministas de Segurança Internacional? O principal objetivo deste trabalho é responder essa questão. Para isso, parte-se da hipótese de que as narrativas pessoais das mulheres combatentes desempenham um papel significativo nos Estudos Feministas de Segurança Internacional ao desafiar as concepções tradicionais e evidenciar as múltiplas interações entre segurança e identidade, destacando o papel crucial das mulheres como agentes ativos na Segurança Internacional. Assim, a presente pesquisa pretende discutir o impacto e as consequências da ausência, minimização e silenciamento sistemático das narrativas femininas em conflitos violentos, além de desafiar, por meio dos relatos das combatentes soviéticas na Segunda Guerra Mundial as normas que afirmam que as mulheres não participaram ativamente na guerra.

Os Estudos de Segurança Internacional emergiram como resposta à necessidade de proteção do Estado após eventos marcantes como a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, tendo notáveis contribuições de figuras como Arnold Wolfers e David A. Baldwin, que ampliaram a definição de segurança para incluir todas as formas de ameaças, desafiando a visão predominantemente estadocêntrica (Wolfers, 1952; Baldwin, 1997). Posteriormente, críticas à abordagem estadocêntrica dos Estudos Estratégicos deram origem aos Estudos Críticos de Segurança, impulsionados por teóricos como Ken Booth (1979), os quais expandiram o escopo da disciplina para além do Estado (Azevedo, 2009). A agenda dos Estudos Críticos, delineada por Williams (2005), promove uma visão mais emancipatória da Segurança, reconhecendo sua natureza social e ampliando a noção de segurança para além do militarismo e da ameaça direta (Williams, 2005).

Os Estudos Feministas de Segurança Internacional surgem, assim, com uma abordagem multinível e multidimensional, baseada nas experiências das mulheres e alinhada a visões emancipatórias de Segurança (Tickner, 2001, p. 48). Ao utilizar o gênero como categoria de análise, destacam-se as margens do meio internacional, enfocando as percepções e perspectivas femininas que as abordagens tradicionais negligenciaram. Inicialmente ausentes na agenda de pesquisa das Relações Internacionais e dos Estudos de Segurança Internacional, questões de gênero foram marginalizadas, refletindo a masculinização predominante na academia e na sociedade em geral (Buzan; Hansen, 2012, p. 218). A partir dos anos 1980, a Pesquisa para a Paz começou a explorar a perspectiva feminina, destacando que o gênero é uma construção social.

Teóricas pertencentes ao primeiro grupo dos Estudos Feministas, como Elise Boulding (1984) e Sara Ruddick (1989), propuseram alternativas ao controle de armamentos. Por outro lado, teóricas do segundo grupo contribuíram para o desenvolvimento dos Estudos Feministas de Segurança ao adotar uma conceitualização multinível e multidimensional que tornava o indivíduo o principal objeto de referência da disciplina (Tickner, 1992). Além disso, Christine Sylvester (1987) defendia que as mulheres tinham que ser objetos de estudos separados da Segurança, e Cynthia Enloe (1989) enfatiza a análise das estruturas de poder relacionadas ao gênero, criticando a tolerância seletiva em relação às mulheres no meio militar.

Logo, ao analisar a interseccionalidade entre Gênero e Segurança, torna-se crucial incluir as vozes e experiências das mulheres (Peterson, 2010). Todavia, há de se destacar que a mulher, principalmente a do Mundo Não-Occidental, encontra-se em uma situação de subalternidade, que, conforme definida por Gayatri Chakravorty Spivak (2010), refere-se a uma posição de marginalização extrema, onde as mulheres subalternas têm sua capacidade de fala e representação suprimidas pelas estruturas de poder dominantes. De maneira análoga, Chandra Talpade Mohanty (1984) critica a tendência das Feministas Ocidentais de representar as mulheres do Terceiro Mundo como um grupo homogêneo e sem agência, perpetuando estereótipos e obscurecendo suas complexidades (Mohanty, 1984).

As mulheres sempre estiveram presentes em contextos de guerra desde a Antiguidade até as Grandes Guerras Mundiais, e para identificá-las é necessário que o resgate de suas vozes e o reconhecimento das mulheres como agentes e sujeitos ativos, ao invés de meros objetos de curiosidade analítica, abram espaço para uma nova percepção de mundo e ampliem os sentidos dos processos políticos internacionais (Enloe, 2000). Ademais, reconhecer suas singularidades específicas, que variam a cada contexto social e cultural, amplia os sentidos dos processos políticos internacionais (Enloe, 2000; Carreiras, 1997; Segal, 1999; Goldstein, 2001).

As narrativas oferecem uma perspectiva única para analisar a história sob a ótica feminina. Por meio delas, é possível reconhecer as experiências individuais das mulheres que, por muitos anos, permaneceram silenciadas e à margem dos registros históricos. Ao “ler as vozes” (Aleksiévitch, 2016) das mulheres combatentes em seus próprios termos, é possível identificar compreensões sensíveis ao gênero e as necessidades frequentemente negligenciadas. Além disso, ao focar nas narrativas de guerra das mulheres combatentes, dimensões como o emocional, o concreto, o particular e a vulnerabilidade dos corpos humanos, aspectos frequentemente ignorados nas histórias tradicionais de guerra, são revelados (Cohn; Hill; Ruddick, 2005, p. 5).

Amplificar as vozes das mulheres combatentes, como evidenciado nos relatos da obra “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher”, de Svetlana Aléksiévitch (2016), contribui para uma Cooperação Empática. Essa abordagem, proposta por Christine Sylvester (1994), integra a análise das interseccionalidades de gênero, sexualidade, raça, nacionalidade e classe (Mohanty, 1984), revelando as mulheres como sujeitos profundamente conectados à sua própria condição (Sylvester., 1994). Assim, promove uma análise feminista mais inclusiva, reconhecendo as experiências individuais e cotidianas das mulheres subalternas na Segurança Internacional e amplificando suas vozes (Mohanty, 2003).

Portanto, para a metodologia da presente pesquisa será adotada uma abordagem bibliográfica, com a utilização de dados qualitativos e a aplicação do método dedutivo. A técnica utilizada será a da “Cooperação Empática” proposta por Christine Sylvester (1994), a qual, a partir das narrativas das mulheres combatentes, visa promover a construção de coalizões e redes de apoio que transcendam as divisões de gênero, embasando-se em um posicionamento ético, reflexão crítica e interlocução sensível.

Para fundamentar a análise, serão principalmente utilizadas obras de autoras feministas como Cynthia Enloe, Ann J. Tickner, Cynthia Weber, Christine Sylvester, Carol Cohn, Ann Wibben, Laura Sjoberg, Chandra Talpade Mohanty e Gayatri Chakravorty Spivak. O livro “A Guerra não tem Rosto de Mulher”, de Svetlana Aléksiévitch (2016), servirá como referência primária para enriquecer o estudo.

O recorte histórico deste estudo concentra-se na Segunda Guerra Mundial, abrangendo o período de 1939 a 1945. A escolha deste intervalo justifica-se pela significativa, embora frequentemente invisibilizada e silenciada, participação das mulheres no conflito. Ao examinar este período específico, o estudo objetiva revelar as narrativas e experiências pessoais das mulheres soviéticas, evidenciando a “face oculta” da guerra.

Esquemáticamente, o trabalho está organizado da seguinte forma: a primeira seção após estas considerações iniciais revisa a literatura sobre Segurança Internacional, abordando sua evolução histórica, conceitos-chave e principais abordagens teóricas. Também introduz a interseccionalidade entre os estudos de Segurança e Gênero, destacando as primeiras contribuições dos Estudos Feministas de Segurança Internacional. A terceira seção discute o silenciamento das mulheres subalternas na história, com base nas teorias de Gayatri Chakravorty Spivak (1988) e Chandra Talpade Mohanty (1984), e como contextualização traça uma trajetória histórica da Antiguidade ao Século XX, destacando figuras femininas frequentemente invisibilizadas e suas contribuições para conflitos e guerras.

A quarta seção amplia as vozes das mulheres combatentes por meio de suas narrativas pessoais, oferecendo uma nova abordagem sobre guerra e conflitos que posiciona a mulher como sujeito ativo na Segurança Internacional, exemplificada pelos relatos presentes no livro “A Guerra não tem Rosto de Mulher” de Svetlana Aléksiévitch. Além disso, sugere a aplicação da abordagem de “Cooperação Empática” proposta por Christine Sylvester (1994), contribuindo para a agenda futura para os Estudos Feministas de Segurança Internacional. Por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais.

2. DEFINIÇÃO E EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE SEGURANÇA

Os Estudos de Segurança Internacional emergiram como uma resposta às discussões sobre a proteção do Estado contra ameaças externas e internas, principalmente após a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria. Esse desenvolvimento desencadeou debates sobre a natureza e a amplitude da disciplina de Segurança, destacando a falta de consenso em relação ao seu significado (Pontes, 2015). Figuras proeminentes como Arnold Wolfers (1952) e David A. Baldwin (1997) contribuíram significativamente para moldar o entendimento contemporâneo da Segurança Internacional, enquanto os Estudos Estratégicos, impulsionados pela necessidade de compreender e enfrentar os desafios estratégicos após a Segunda Guerra Mundial, forneceram uma base teórica e prática para o desenvolvimento dos Estudos de Segurança Internacional.

Após a Segunda Guerra Mundial, a estratégia militar desempenhou um papel central na redefinição da geopolítica global, estimulando o surgimento dos Estudos de Segurança Internacional e o desenvolvimento de teorias e estratégias para enfrentar os desafios de segurança. Enquanto Wolfers (1952) enfatizou a ausência de ameaças à ordem estabelecida e o equilíbrio de poder entre os Estados, questionando sua definição e aplicabilidade, Baldwin (1997) ampliou o conceito para abranger a gestão e minimização de ameaças em todas as formas, incluindo uma variedade mais ampla de atores além dos Estados.

Essas perspectivas também levantaram questionamentos sobre a noção estadocêntrica de segurança, que se refere à tendência de considerar a segurança exclusivamente do ponto de vista dos Estados, ignorando outras unidades e atores relevantes no cenário internacional. Essa abordagem limitada tem sido criticada por acadêmicos como Barry Buzan e Ole Wæver (2003), que argumentam a favor de uma visão mais abrangente e inclusiva da Segurança Internacional. Portanto, a noção estadocêntrica de segurança revela a necessidade de uma

análise mais crítica e abrangente do tema, considerando uma variedade de atores e perspectivas.

Ao questionar quem são os beneficiários da segurança e quais valores estão em jogo quando se fala em segurança, Wolfers e Baldwin (1997) promovem uma análise mais crítica e abrangente do conceito. Suas reflexões destacam a necessidade de uma compreensão mais completa das dinâmicas de poder e das complexidades das relações internacionais. Isso é essencial para desenvolver estratégias eficazes de segurança que abordem as preocupações reais enfrentadas pelos Estados e atores internacionais no cenário global contemporâneo.

2.1 Um Conceito Essencialmente Contestado

De acordo com David A. Baldwin (1995), a primeira década após a Segunda Guerra Mundial foi o período mais criativo e estimulante da disciplina, pois não havia uma única abordagem dominante nos estudos de segurança, mas sim uma variedade de técnicas não militares do estadismo e de assuntos internos (Buzan; Hansen, 2012).

A “era dourada” dos Estudos de Segurança, entre 1955 e 1965, coincidiu com o avanço da Guerra Fria. Durante esse período, os principais impulsionadores dos Estudos de Segurança Internacional foram principalmente a política das grandes potências e a tecnologia, que deram destaque aos estudos de armamentos nucleares e à disputa bipolar (Buzan; Hansen, 2012). Além disso, foram exploradas técnicas não militares do estadismo, como acordos diplomáticos, negociações de tratados e cooperação econômica, visando a construção de alianças e a manutenção da estabilidade política (Gaddis, 1982).

Paralelamente, questões internas dos estados, como a governança doméstica, a estabilidade econômica e a promoção do bem-estar social, também foram abordadas como aspectos essenciais da segurança nacional e internacional (Morgenthau, 2003; Williams, 2013). Essa abordagem multidimensional dos Estudos de Segurança reflete a complexidade das relações internacionais durante esse período e a busca por estratégias abrangentes para promover a paz e a estabilidade do sistema internacional.

Em uma tentativa de desafiar as abordagens convencionais e ampliar o escopo de discussão na disciplina, cientistas políticos e acadêmicos de Relações Internacionais buscaram formular novas questões epistemológicas que durante a Guerra Fria não eram vistas como prioridade (Buzan & Hansen, 2012). Essas reflexões transcendem a segurança estatal tradicional e abordam a segurança de uma ampla gama de atores, incluindo indivíduos, grupos étnicos, organizações e até mesmo o meio ambiente (Buzan, 1991; Baldwin, 1997).

2.2 Abordagens Tradicionais em Segurança Internacional: Estudos Estratégicos, Dissuasão e Guerra fria

Aquilo que se entendia por Estudos de Segurança Internacional, em um primeiro momento, não foi amplamente aceito até meados dos anos 1940. Sendo assim, o início da disciplina, principalmente nos Estados Unidos e, em menor escala, na Europa, se cristalizou durante as décadas de 1940 e 1950 a partir da intersecção da área militar e das ciências sociais, numa tentativa de abordar problemas políticos decorrentes do surgimento de armamentos nucleares e da ameaça representada pela União Soviética ao ocidente (Buzan; Hansen, 2012). Logo, com a Guerra Fria como catalisador, a gênese dos ESI a partir dos Estudos Estratégicos enfatizou os aspectos militares, políticos, tecnológicos e estratégicos da disputa entre as superpotências, determinando o rumo da disciplina.

Durante a “era dourada” dos anos 1950 e 1960, os Estudos Estratégicos alcançaram seu auge, com um foco intenso na dissuasão nuclear (Buzan; Hansen, 2012), que era considerada a pedra angular das estratégias de segurança durante a Guerra Fria. Ambas as superpotências concentravam-se no desenvolvimento de arsenais nucleares robustos e sistemas de entrega eficazes para garantir a dissuasão. Isso desencadeou uma corrida armamentista nuclear, resultando na acumulação de milhares de ogivas nucleares e na proliferação de mísseis balísticos intercontinentais, marcando um período de competição militar intensa entre os Estados Unidos e a União Soviética. Assim, a dissuasão nuclear não apenas refletia a lógica da busca pelo poder entre as superpotências, mas também sublinhava a primazia da segurança do Estado (ibid., 2012).

Na década de 1970, os Estudos Estratégicos passaram por mudanças significativas. O entusiasmo inicial diminuiu com a estabilização das relações entre superpotências e a institucionalização desses estudos (Buzan; Hansen, 2012). O equilíbrio nuclear trouxe uma relativa estabilidade, direcionando os analistas para o acompanhamento de tecnologias emergentes e desenvolvimentos políticos em rápida evolução. Concomitantemente, os Estudos Estratégicos adotaram uma abordagem mais científica e empírica, baseada na história contemporânea e na resolução de problemas políticos, refletindo um interesse crescente em compreender e enfrentar desafios estratégicos fundamentais (ibid., 2012).

2.2.1 Segurança Para Quem? A (re)formulação do conceito de Segurança

O cerne da competição de poder existente ao longo das quatro décadas que perdurou a Guerra Fria (Buzan; Hansen, 2012) reside na ideia realista de que os Estados soberanos são atores únicos e racionais (Waltz, 1979), cujo desejo de poder absoluto os coloca em um

ambiente de competição. Embora busquem maximizar seus interesses para preservar a Segurança Nacional, essa busca pelo poder muitas vezes resulta em mais insegurança. Nessa lógica, os Estados, além de representarem o principal objeto de referência dos Estudos de Segurança Internacional (ESI), têm seus interesses e sua segurança assegurados como garantidores automáticos da segurança dos cidadãos. No entanto, fez-se necessário indagar até que ponto o Estado pode garantir a segurança dos cidadãos sem se tornar, ele próprio, uma fonte significativa de insegurança.

De acordo com Wolfers (1952), a avaliação da segurança varia entre os Estados, desafiando a concepção de Segurança como um “valor absoluto” e destacando sua natureza ambígua. Ele sugere uma distinção entre as dimensões objetiva e subjetiva da segurança, enfatizando o papel das “ameaças” sobre os “valores”. Na abordagem objetiva, a segurança é definida pela ausência de ameaças aos valores estabelecidos, enquanto, na perspectiva subjetiva, representa a ausência de temor em relação à preservação desses valores (1952). Assim, segundo Wolfers (1952), a segurança é definida como a ausência de insegurança, um conceito que implica mais na prevenção de ameaças do que na busca por um valor positivo.

Em contrapartida, Baldwin (1997) percebe haver certo grau de ambiguidade na expressão “ausência de ameaças” proferida por Wolfers (1952). Com isso, argumenta que, para ampliar o significado geral de Segurança para além daquilo que era tradicional e militarizado, é necessário reformular o conceito de Segurança de Wolfers para “baixa probabilidade de dano a valor adquirido”, enfocando a preservação de valores adquiridos em vez da mera presença ou ausência de ameaças (Baldwin, 1997, p. 26). Essa reformulação contribui para uma compreensão mais abrangente da Segurança Internacional, indo além do enfoque militar e estadocêntrico das abordagens tradicionais.

Em seu sentido mais amplo, Baldwin (1997, p. 13) afirma que segurança pode ser definida em relação a duas especificações: para quem é a segurança? E quais valores estão em jogo quando se fala em segurança?¹ Essas perguntas fundamentais destacam a importância de considerar não apenas os atores envolvidos, mas também os interesses e os valores em questão. Ademais, no sentido mais específico, é possível identificar outras especificações como “quanta segurança?”, “relativas a quais ameaças?”, “pelo que significa?”, “a que custo?” e “em que período?” (ibid., 1997).

Com isso, permite-se incluir ou até mesmo substituir o objeto de referência da segurança, que até então era o Estado, para abranger os mais diversos interesses na agenda da

¹ Tradução livre. Texto original: “[...] security in its most general sense can be defined in terms of two specifications: Security for whom? And security for which values?” (Baldwin, 1997, p. 13)

disciplina de ESI. A redução do papel estatal acabou gerando inquietações a respeito do propósito da segurança e, conseqüentemente, novas percepções críticas foram formuladas a fim de (re)interpretar os questionamentos clássicos. Nessa nova perspectiva, questiona-se não apenas a quem a segurança se estenderia além do Estado, mas também consideram-se os novos valores, significados, ameaças, riscos e perigos que essa (re)interpretação dos questionamentos clássicos abordaria.

São com estes questionamentos e em um cenário de reorganização das relações internacionais e das relações de poder que os Estudos Críticos de Segurança Internacional ganham destaque, e a agenda de segurança passa a repensar seu objeto referente central. Dessa maneira, a nova vertente dos ESI surge com novas abordagens de estudo que abandona o enfoque da segurança como estritamente militar (Azevedo, 2009, p. 41), abrindo espaço para perspectivas mais abrangentes que incluem as mais diversas coletividades humanas, sendo este o principal propósito da disciplina (Buzan, 1991).

2.3 A Busca de Novos Paradigmas: Estudos Críticos de Segurança

Com o fim da Guerra Fria e, conseqüentemente, do mundo bipolar, os Estudos de Segurança Internacional, que anteriormente tinham sua atenção exclusivamente voltada ao Estado - o único objeto de referência da disciplina até então - perceberam a existência de outros referenciais velados tão importantes quanto a unidade estatal. Com isso, torna-se perceptível a mudança de perspectiva adotada pelos estudiosos de Segurança ao ampliar o eixo de referência para outras esferas e objetos que anteriormente não eram contemplados na agenda estatal. Em relação aos Estudos Estratégicos, Ken Booth (1979) argumenta que essa abordagem é egocêntrica, uma vez que focaliza suas análises na formulação e estudo da defesa do Estado, negligenciando, contudo, a compreensão e interpretação das motivações de seus adversários (Azevedo, 2009). Desse modo, ela se mostra incapaz de abarcar múltiplas realidades para além das estritamente estatais.

A fim de englobar as ameaças negligenciadas no período da Guerra Fria e incluir as mais diversas realidades daqueles que não possuem poder (Azevedo, 2009), os Estudos Críticos de Segurança Internacional se expandiram na Conferência *Strategies in Conflict: Critical Approaches to Security Studies*, em 1994, na Universidade de York, em Toronto. Este evento culminou na publicação do livro *Critical Security Studies: Concepts and Cases (1997)*, editado por Keith Krause e Michael Williams (1997). Estes teóricos argumentam contra a tentativa de atribuir um rótulo teórico preciso aos Estudos Críticos. Portanto, o novo campo

de estudo sugere mais uma direção para a disciplina dos Estudos de Segurança do que uma conceitualização específica (Krause; Williams, 1997).

Nesse sentido, a agenda dos Estudos Críticos, delineada por Williams (2005), aponta para três orientações primordiais em sua abordagem. São elas: uma visão mais *focada* (emancipatória) na compreensão da segurança, quando comparada com a segurança tradicional; uma abordagem mais *profunda*, que reconhece que a segurança deriva de pressupostos sociais sobre a natureza política que vão além do Estado; e, por fim, uma abordagem mais *ampla*, estendendo a noção de segurança para além de seu caráter militar, da ameaça e do uso da força² (Williams, 2005. p. 136).

Acima de tudo, os críticos sustentam os indivíduos como principal objeto de referência para a Segurança Internacional, além de considerar a perspectiva e as vozes daqueles que são silenciados e invisibilizados. Outrora, os Estudos Estratégicos dominavam o campo teórico da disciplina de Segurança, perpetuando um discurso tradicionalmente etnocêntrico, com estratégias eurocêtricas, racistas e masculinizadas (Azevedo, 2009), por outro lado, os Estudos Críticos contribuíram com promoção de alternativas emancipatórias que levaram os estudiosos da área a analisarem diferentes formas de dominação e insegurança ignoradas ou marginalizadas pelos estudos de Segurança de inspiração realista³ (Williams, 2005. p. 136).

2.3.1 Principais Escolas dos Estudos Críticos

A Escola de Copenhague tem Barry Buzan, Ole Wæver e Jaap Wilde como principais autores, e apesar de ter seu arcabouço teórico baseado em ideias neorrealistas, e consequentemente vinculadas a preceitos realistas, defende os conceitos de Segurança Social⁴ e Securitização. No entanto, tal abordagem critica a limitação dos modelos tradicionais em considerar apenas o Estado como objeto de referência da disciplina, sendo a favor de uma visão mais ampla e inclusiva (Buzan, 1991) reconhecendo a importância de abordagens não

² Tradução livre. Texto original: “This has involved a reconceptualization of security that is (a) *Focused*: the theory and practice of security should promote emancipatory politics; (b) *Deeper*: security is understood as a derivative concept inasmuch as different understandings of world politics will deliver different conceptions of what security means and who are its ultimate referents; and (c) *Broader*: the threat and use of military force is neither the only (or necessarily most important) threat to security, nor the only means of providing security” (Williams, 2005. p. 136)

³ Tradução livre. Texto original: “CSS aims to develop an approach to the theory and practice of security that is dedicated to the promotion of emancipatory politics. This has led proponents of CSS to analyse forms of domination and insecurity that have either been ignored or marginalized by realist-inspired security studies.” (Williams, 2005. p. 136)

⁴ Conceito lançado em *Identity, Migration and New Security Agenda in Europe* (Wæver et al., 1993). É definido como “a capacidade de uma sociedade persistir com seu caráter essencial sob condições cambiantes e ameaças possíveis ou reais” (Wæver et al., 1993, p. 23)

militares, como diplomacia, cooperação internacional e desenvolvimento econômico, mas sem desafiar ao todo a centralidade do Estado nesse processo.

Ademais, defendem que a segurança é dinâmica e socialmente construída, influenciada por mudanças nas percepções e discursos sobre o que constitui uma ameaça (Waever, 1995). Tal desconsideração da dimensão discursiva nas percepções de segurança pelos tradicionalistas são substituídas, na Escola de Copenhague, pela Teoria de Securitização, que consiste em um processo pelo qual determinado objeto referente é tratado como uma ameaça existencial, retirando-o da esfera política de modo a legitimar ações fora dos procedimentos legais do Estado, isto é, uma politização extremada (Azevedo, 2009. p.34).

As unidades envolvidas no processo de securitização são: a) os *objetos referentes*, que são aqueles suscetíveis de serem considerados ameaças e, portanto, podem ser transformados em questões de segurança; b) os *atores securitizados*, responsáveis por declarar, através do discurso, que um determinado elemento de referência é uma questão de segurança; c) os *atores funcionais*, que representam uma categoria intermediária entre as outras duas, mantendo seu poder de influência. São eles que concordam ou discordam da securitização proposta pelos agentes, embora, em muitos casos, isso resulte em um discurso unificado e coercitivo⁵.

Enquanto a Escola de Copenhague enfoca na análise discursiva e na construção social da segurança e a securitização como processos-chave na definição das ameaças, a Escola Galesa enfatiza a importância das relações de poder não estatais e das preocupações com a emancipação e a justiça na política de segurança (Booth, 2007). Esta, também conhecida como *Aberystwyth (Welsh) School*, foi inspirada nos trabalhos pioneiros de Ken Booth (1991) e Richard Wyn Jones (1999). Com forte influência da Teoria Marxista e Teoria Crítica, critica a abordagem estruturalista dos realistas e dos Estudos Estratégicos tradicionais, argumentando que essa perspectiva muitas vezes negligencia as experiências individuais e as dinâmicas sociais que influenciam a segurança (Booth, 2007).

Em seu trabalho "*Security and Emancipation*" (1991), Ken Booth oferece uma nova abordagem à ideia de segurança, inspirado pelo conceito de emancipação da Escola de Frankfurt, que destaca a importância desse conceito para a Teoria Crítica. Ao invés de entender meramente o mundo em sua condição atual, Booth propõe uma transformação em direção a uma sociedade mais livre e justa (Horkheimer, 1937). Ele argumenta que a

⁵ BUZAN, B.; WÆVER, O.; WILDE, J. de. *Security: a new framework for analysis*. London: Lynne Rienner Publishers, 1998.

segurança não deve estar limitada à proteção do Estado, mas deve também buscar a libertação dos indivíduos das ameaças e injustiças que enfrentam (Booth, 1991).

Ken Booth (1991), ao elaborar sua abordagem centrada no indivíduo, incorpora contribuições de diversas correntes teóricas, com destaque para a perspectiva Feminista nas Relações Internacionais e na Segurança. Ele ressalta que, mesmo atualmente, as mulheres continuam sendo marginalizadas como sujeitos e objetos nessas áreas. Ademais, Booth argumenta que as questões de gênero são frequentemente ignoradas nas Relações Internacionais (Booth, 1991, p. 339), logo, propõe uma reavaliação das Relações Internacionais e da Segurança Internacional sob uma ótica feminista, a fim de trazer uma nova perspectiva para todas as questões abordadas nessas disciplinas.

Sendo assim, essa expansão do escopo de análise reflete a necessidade de considerar uma variedade de perspectivas e preocupações na compreensão da Segurança Internacional. Dentro desse contexto, o feminismo, que oferece uma lente crítica para examinar as relações de poder e as dinâmicas de segurança (Tickner, 1992; Enloe, 2000) destaca a importância de incluir vozes marginalizadas e reconhecer as diferentes experiências de segurança conforme o gênero. Sua integração na análise da Segurança Internacional amplia o debate e promove uma compreensão mais abrangente das questões de segurança em um contexto global em constante evolução.

2.4. Interseccionalidade de Gênero e Segurança: Sua Contribuição Inicial

Com a ampliação e o aprofundamento da agenda de Segurança Internacional nos anos 1980, as abordagens feministas passaram a ter um destaque relevante como área de estudos após o final da Guerra Fria. A ampliação dos debates impulsionou uma expansão do escopo da agenda de Segurança para além das teorias tradicionais, logo, as abordagens Feministas surgem visando “identificar as margens do meio internacional, ganhando maior expressividade” (Monte, 2010, p. 45-46), priorizando a análise do indivíduo até o nível internacional. Apesar das diferenças, as múltiplas abordagens feministas buscam compreender as assimetrias nas relações entre os gêneros e a partir de uma dimensão política procuram explicar tanto as raízes da opressão feminina, hierarquias de gênero, classe e raça.

Nesse contexto, a força motriz para o desenvolvimento dos Estudos Feministas em Segurança Internacional surgiu da dinâmica interna dos debates acadêmicos, os quais estavam intrinsicamente ligados aos mais amplos movimentos de emancipação feminina nas décadas de 1960 e 1970. Como resultado, seu impacto tornou-se evidente nas Relações Internacionais por volta de 1987-1988 e, mais especificamente, em 1990, quando a seção de Teoria

Feminista e Estudos de Gênero da Associação de Estudos Internacionais foi estabelecida (Buzan; Hansen, 2012, p. 223). Porém, vale ressaltar que as mulheres sempre estiveram presentes no campo das Relações Internacionais, mas eram “encobertas” pelas lentes de análises masculinizadas (Tickner, 2001), que as colocavam à margem, e conseqüentemente, suas contribuições, vozes e perspectivas foram invisibilizadas.

Desde então, a perspectiva Feminista nos estudos de Segurança Internacional se destaca por sua postura crítica, direcionando-as principalmente às teorias tradicionais de Relações Internacionais, com ênfase no Realismo e Neorealismo. Além disso, pesquisadoras feministas, ao adotarem uma abordagem *multinível e multidimensional* baseada nas experiências das mulheres e alinhadas a visões emancipatórias de Segurança buscam entender como a segurança dos indivíduos e dos grupos é afetada pela violência, seja ela física ou estrutural, em todos os âmbitos (Tickner, 2001, p. 48). Com isso, ao utilizar o gênero como categoria de análise, torna-se notório a preferência da Teoria Feminista em focalizar suas análises às margens do meio internacional a fim de olhar a Segurança Internacional com lentes que foquem nas percepções e perspectivas femininas que as abordagens tradicionais ofuscaram.

2.4.1 Mulheres como um grupo particular: O advento dos Estudos Feministas de Segurança

Apesar das diferentes interpretações sobre seu conceito - para o qual não há um consenso claro - os Estudos Feministas de Segurança Internacional consolidaram-se como uma subárea da Segurança Internacional. Conforme observado por Carol Cohn (2011), o termo é ambíguo devido às várias formas de interpretação existentes. Ele pode ser entendido como um adjetivo que busca a integração do feminismo e suas metodologias e práticas nos estudos de segurança, ou como uma análise da “Segurança Feminista”. No entanto, independentemente da interpretação, é uma abordagem em constante evolução que, acima de tudo, visa compreender como a identidade de gênero e as políticas de gênero influenciam as experiências de segurança e insegurança (Lee-Koo, 2012).

A nítida ausência das mulheres e a minimização de gênero na agenda de pesquisa, tanto nas Relações Internacionais quanto nos Estudos de Segurança Internacional, pode ser interpretada como um reflexo da masculinização não apenas no meio acadêmico, mas também em toda a ordem social. A título de exemplificação, na extensa lista de questões que se

encaixavam na teoria sobre Violência Estrutural⁶ de Johan Galtung - precursor da disciplina de Estudos para a Paz e Conflitos - questões de gênero não estavam entre as que possuíam maior destaque, mantendo-se à margem (Buzan; Hansen, 2012, p. 218).

A partir dos anos 1980, por meio dos Estudos Para a Paz, começaram a surgir trabalhos sobre a perspectiva feminina em relação à guerra, paz e segurança. Assim, teóricas do primeiro grupo dos Estudos Feministas de Segurança emergiram. Estas afirmavam que o gênero “não é uma identidade biológica fixa, mas produzida por meio de práticas de socialização” (Buzan; Hansen, 2012, p. 220). Logo, o conceito de Gênero diz respeito às estruturas culturais, políticas, sociais e discursivas.

As noções de masculinidade e feminilidade não correspondem à verdadeira essência das mulheres e dos homens, mas sim refletem como foram moldadas ao longo de uma história política complexa, na qual as mulheres foram frequentemente relegadas ao âmbito privado e os homens ao público (Elshtain, 1981; Pateman, 1988). Diante disso, homens são educados para serem os protetores da família, do patriarcado, sendo vistos como mártires, patrióticos, corajosos e heroicos. Por outro lado, as mulheres, ou melhor, as “Belas Almas” (Elshtain, 1987), têm o eterno compromisso de apoiar, amar e conceder validação romântica à coragem de seu “Guerreiro Justo” (Buzan; Hansen, 2012).

Para Elise Boulding (1984), teórica do primeiro grupo, as mulheres costumam ser mais pacíficas que os homens, pois além de possuírem valores diferentes, são mais cooperativas e têm maior interesse em identificar sistemas alternativos de segurança que não apenas o Controle de Armamentos (Boulding, 1984, p. 2-3). Também pertencente ao primeiro grupo, Sara Ruddick (1989) parte de um “pensamento maternal” em suas análises e afirma que as mulheres - por possuírem um estilo cognitivo mais concreto do que os homens - devem reforçar narrativas sobre o pacifismo maternal politicamente, em favor de formas de organização não-violentas.

O segundo grupo de desenvolvimento de uma abordagem feminista para a segurança viam as autoras do primeiro grupo interligando os Estudos Feministas aos projetos de paz, e se depararam com o desafio explícito ao pacifismo (Sylvester, 1987). A partir do trabalho intitulado “*Gender in International Relations*” de Ann J. Tickner (1992) consolida-se o comprometimento teórico com a Segurança sob uma ótica Feminista, sem deixar de reconhecer a influência da Pesquisa da Paz. A partir da adoção de uma conceitualização

⁶ A violência estrutural refere-se às desigualdades e injustiças sistêmicas enraizadas nas estruturas sociais, políticas e econômicas, que perpetuam marginalização e privação para certos grupos sem necessariamente envolver ações diretas ou intencionais de indivíduos (Galtung, 1969)

multinível e multidimensional, o objeto de referência mudaria do Estado para o indivíduo, pois ao defender a segurança do indivíduo, defendem-se as definições de segurança que são menos estadocêntricas e menos militaristas (Tickner, 1992, p. 53).

Adicionalmente às ideias de Sylvester (1987) e Tickner (1992), Cynthia Enloe (1989) ressalta a importância de abordar as questões de Gênero a partir da análise das estruturas de poder. Ela critica especialmente a criminalização e a intolerância enfrentadas pelas mulheres que adotam uma postura combativa no meio militar, destacando que são toleradas apenas se assumirem uma posição submissa. Além disso, Enloe (1989) questiona por que a economia da prostituição, influenciada pelo gênero, é aceita em nome da segurança “nacional”, perpetuando o sofrimento de muitas mulheres afetadas adversamente por uma multiplicidade de práticas estatais (Buzan; Hansen, 2012).

2.4.2 Entre Protetores e (Des)Protegidos: Para uma Compreensão Feminista Transformadora

Ao analisar a interseccionalidade de Gênero e Segurança, existe uma disparidade com base no gênero, em como homens e mulheres são afetados e em quais questões são consideradas problemas de segurança “apropriados”. Questiona-se, portanto, de que maneira as mulheres podem se sentir seguras sob a proteção do Estado quando são elas as principais vítimas das hostilidades promovidas por ele. A manutenção de um discurso gendrado⁷ moldou a maneira com que as relações sociais, principalmente de gênero, são estabelecidas, e como consequência, é notável a sobrevalorização de tudo aquilo que for relacionado com o masculino. Logo, as mulheres são integradas em um mundo que continua definido e moldado pelos interesses e necessidades dos homens (Peterson, 2010), tendo suas necessidades desconsideradas e não solucionadas.

O conceito de “proteção” do Estado é fundamentalmente influenciado por representações sociais de gênero, nas quais os papéis de “protetores” e “protegidos” são atribuídos ao masculino e ao feminino, respectivamente (Fierke, 2007). Essas representações sugerem que as mulheres são inerentemente mais pacíficas e frágeis, necessitando da proteção dos homens, seus supostos protetores. As perspectivas Feministas em Segurança Internacional contestam essa concepção tradicional de segurança, que se baseia em ideais de masculinidade, especialmente no mito da proteção, e redefinem o que significa estar seguro em um ambiente

⁷ Um “discurso gendrado”, segundo Cohn (1993, p. 230), pode ser definido como um sistema de significados, maneiras de pensar, imagens e palavras que moldam como os indivíduos vivenciam, entendem e representam-se como homens e mulheres.

internacional. No entanto, é evidente que as mulheres enfrentam ameaças de maneiras distintas dos homens, e suas inseguranças são reconhecidas diferenciadamente nos discursos centrados no Estado de segurança (Buzan; Hansen, 2012, p. 222).

Sendo assim, para alcançar uma compreensão feminista crucial e transformadora (Peterson, 2010, p. 37), é necessário reconhecer que o privilégio cultural atribuído à masculinidade é fundamental para perpetuar as relações de poder, resultando em várias formas de subordinação. Isso implica que as expressões de gênero estão intimamente ligadas a códigos, normas e regras institucionais, em vez de serem apenas manifestações de comportamentos individuais (ibid.). Portanto, é crucial adotar uma abordagem feminista que vá além dos paradigmas convencionais. Isso implica não apenas desafiar as estruturas de poder existentes, mas também reconhecer a importância de olhar para além do discurso e da visão gendrada do mundo. É fundamental incorporar as perspectivas, narrativas, experiências e sentimentos das mulheres, bem como examinar criticamente a história para entender plenamente as complexidades das interações entre Gênero e Segurança.

3. PODE A SUBALTERNA FALAR? A SUBALTERNIDADE A PARTIR DAS PERSPECTIVAS DE GÊNERO

O presente capítulo propõe uma análise crítica da representação das mulheres subalternas (Spivak, 2010) e suas contribuições para a Segurança Internacional enquanto agentes ativas. Abordar a intersecção entre gênero, raça, nacionalidade e classe (Mohanty, 1984) é essencial para compreender as experiências e as contribuições dessas mulheres. Tal análise interseccional permite a identificação da complexidade e da diversidade das vivências das mulheres subalternas, evitando generalizações simplistas e estereotipadas que permeiam muitas vezes os discursos Ocidentais.

Sendo assim, será utilizado preferencialmente o termo “Sul Global”, em consonância com a crítica de Chandra Mohanty (1984) de que as categorias “Ocidental” e “Terceiro Mundo” são insuficientes para explicar as dinâmicas de poder globais em comparação com as categorias “Norte-Sul” ou “Um Terço-Dois Terços⁸” (Mohanty, 2003). No entanto, em respeito ao contexto histórico e às terminologias utilizadas pelas autoras, termos como

⁸ A expressão “Um Terço-Dois Terços” refere-se à divisão global onde cerca de um terço da população vive em relativa prosperidade, enquanto os restantes dois terços enfrentam pobreza e exploração. Esta divisão ilustra a desigualdade econômica e o desequilíbrio de poder entre o Norte global (nações desenvolvidas) e o Sul global (nações em desenvolvimento) (Mohanty, 2003).

‘Subalterno’, ‘Mundo Não-Occidental’, ‘Sul Global’ e outros sinônimos serão empregados de forma intercambiável ao longo deste capítulo.

É crucial reconhecer que, embora esses termos possam ser usados para abordar questões de marginalização e opressão, cada um possui especificidades e contextos únicos. Esta escolha visa refletir a diversidade e as nuances das experiências das mulheres dessas regiões, evitando a homogeneização e simplificação criticadas por Spivak (2010) e Mohanty (1984). Dessa forma, pretende-se assegurar uma análise inclusiva e abrangente, respeitando as complexidades inerentes a cada termo e experiência.

Além disso, um compromisso com a reflexividade crítica permeia toda a análise, mantendo uma consciência das limitações da pesquisa, dado que ela se origina no Ocidente. Esta abordagem reconhece a posição de privilégio dentro do “Um Terço” e incorporará a perspectiva e a visão de solidariedade com as comunidades em luta nos “Dois Terços” (Mohanty, 2003), evitando a apropriação e simplificação das suas vozes, enquanto se esforça para ampliá-las e valorizá-las.

3.1. O Subalterno Como Um Sujeito Feminino

O termo “subalterno” foi utilizado pela primeira vez como sinônimo de marginalizado, ou até mesmo como uma alternativa para o termo “proletariado”, pelo neomarxista Antonio Gramsci (Chemmencheri, 2015). Posteriormente, a crítica e teórica indiana Gayatri Chakravorty Spivak, em seu notável ensaio “*Can the Subaltern Speak?*” (1988), aborda a complexa questão da representatividade e da voz dos grupos subalternos, especialmente das mulheres, no contexto pós-colonial. Desde então, sua análise tornou-se fundamental para entender como as dinâmicas de poder globais afetam a capacidade das mulheres subalternas de se expressarem nos sistemas hegemônicos.

De acordo com Spivak (2010), a subalternidade refere-se a uma posição de marginalização tão extrema que aqueles nela inseridos não têm acesso às estruturas institucionais de representação e poder. Essa situação reforça uma relação em que algo — ou alguém — é superior, e o outro, inferior, baseando-se, portanto, na desigualdade (2010). Além disso, Spivak (ibid.) questiona se os subalternos, especialmente as mulheres subalternas, podem realmente articular suas próprias experiências nas estruturas de poder dominantes, ou se essas vozes são inevitavelmente silenciadas ou distorcidas pelas representações impostas por aqueles em posições de privilégio.

Ao associar a subalternidade à capacidade de fala que um indivíduo ou grupo possui, Spivak (2010) sugere que, em uma dinâmica de subalternidade, o sujeito subalterno é privado

de voz, sendo constantemente representado por outrem. A explicação para esse fenômeno reside na própria constituição das identidades subalternas e dominantes: a existência do sujeito subalterno é fundamental para a definição do sujeito não-subalterno — dominante, superior. Essa relação intrinsecamente hierárquica perpetua o silenciamento do subalterno, cuja voz é abafada pelas representações impostas por aqueles em posições de privilégio.

No que diz respeito às mulheres subalternas do Mundo Não-Occidental, suas especificidades são sistematicamente desconsideradas no Sistema Internacional que as nega como atores equivalentes, muito menos como atores com capacidade de agência. De acordo com Peterson (2010), apesar do aumento da participação feminina em diversas áreas da política global, suas necessidades específicas como mulheres permanecem negligenciadas e não atendidas. A principal razão para isso é que as mulheres são incorporadas em um mundo que permanece delineado e moldado pelos interesses e necessidades dos homens (Peterson, 2010 apud. Sjoberg & Via, 2010, p. 6).

Essa situação perpetua a ideologia masculino-imperialista, que não só enfatiza o não lugar das mulheres em diversas posições consideradas masculinas, mas também contribui para a manutenção de uma representação distorcida, estática, anistórica e reducionista das mulheres (Matos, 2010, p. 75). Em consequência, “o subalterno como um sujeito feminino não pode ser ouvido ou lido” (Spivak, 2010, p. 124), pois “não há algum valor atribuído à ‘mulher’ como um item respeitável nas listas de prioridades globais” (ibid., p. 126).

Compreender a posição da mulher subalterna como um ator nas Relações Internacionais e na Segurança Internacional, a partir da perspectiva de Gayatri Chakravorty Spivak, é fundamental para compreender o que perpetua essa condição de subalternidade. Voltar os olhos ao subalterno como um sujeito feminino (Spivak, 2010), portanto, é um ponto de partida indispensável para analisar como essas mulheres podem desafiar e transformar suas representações e participações nos sistemas globais de poder. Ao revisitar suas vozes e experiências distintas, é possível questionar e reconstruir as narrativas dominantes, promovendo uma inclusão real e significativa no Sistema Internacional. E mais do que isso, esse entendimento contribui com a amplificação das vozes subalternas.

3.2 O Pensamento Dissonante de C.T. Mohanty Sob os Olhos do Ocidente

Em seu ensaio “*Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses*” (1984), Mohanty critica a tendência das Feministas Ocidentais de retratar as mulheres do Mundo Não-Occidental como um grupo monolítico, oprimido e sem agência. Mohanty argumenta que essa visão simplista perpetua estereótipos e obscurece as complexidades e

diversidades das vidas dessas mulheres. De maneira complementar, Spivak (2010) sublinha a necessidade de reconhecer as limitações e os perigos das tentativas de representação, sugerindo à intelectual mulher uma consciência crítica e um compromisso com a transformação das estruturas de poder que perpetuam o silenciamento. Sendo assim, é crucial ouvir e valorizar as experiências das mulheres subalternas em seus próprios termos.

Para Mohanty (1984) o Feminismo acadêmico Ocidental se encaixava em um contexto global de dominação política e econômica do “Primeiro Mundo”, pois este reforçava a produção da “mulher do Terceiro Mundo” como um sujeito monolítico (Mohanty, 1984, p. 333). Assim, a ideia de que todas as mulheres formam um grupo uniforme, com interesses idênticos, e a aplicação acrítica de métodos de análise para comprovar essa uniformidade em diferentes contextos, resultam numa visão padronizada da opressão feminina. Isso conduz a uma representação específica das mulheres em regiões em desenvolvimento, consolidando relações de poder simplificadas entre homens dominantes e mulheres desprivilegiadas, especialmente as do Terceiro Mundo (ibid.).

Diante disso, os Feminismos Ocidentais estão, de fato, “colonizando” e se apropriando das complexidades e conflitos inerentes à vida das mulheres de diversas classes, raças, religiões, culturas e castas. Reduzindo todas essas nuances em uma visão simplista, relegando essas mulheres à categoria de “as outras” e, assim, oprimindo ou suprimindo suas experiências (f, 1984). Em contraponto, a autora reforça a necessidade de construir estratégias de coalizão entre as dimensões de classe, raça ou cor e nacionalidade na construção de tradições acadêmicas feministas contra-hegemônicas (Mohanty, 1984). Para isso, uma análise feminista transnacional que se baseia na compreensão das experiências individuais das comunidades de mulheres marginalizadas em todo o mundo, considerando suas especificidades, vozes e vivências, e, a partir disso, permitindo que elas se expressem em seus próprios termos, em vez de serem representadas por outros, poderia contribuir para uma visão mais inclusiva do poder sistêmico global (Mohanty, 2003, p.232).

Com isso, torna-se viável identificar, nas “diferenças compartilhadas” entre as diversas perspectivas do feminismo do Mundo Não-Ocidental/Terceiro Mundo/Sul Global, conexões e traços comuns que possibilitam a construção de uma solidariedade transversalizadora, fundamentada em uma política feminista trans ou intercultural (Mohanty, 2003). Portanto, as dimensões micropolíticas das mulheres subalternas - suas interações diárias, as distintas formas de perceber o mundo, as narrativas de suas experiências, seus sentimentos, as relações de poder e dinâmicas sociais - que ocorrem no nível individual devem estar intrinsecamente

relacionadas ao contexto macropolítico e econômico global, considerando que o pessoal é internacional (Enloe, 1989).

3.3 Construção de Narrativas em meio à Guerra: A Representação de Gênero em Conflitos ao Longo da História

A representação de gênero em tempos de guerra é de extrema importância, uma vez que durante esses eventos, as diferenças sociais entre homens e mulheres se tornam mais evidentes. Os homens frequentemente assumem papéis de combatentes, enquanto as mulheres são confinadas à esfera privada (Foiatto, 2018, p. 20). No entanto, as mulheres não são apenas atores oprimidos e vitimizados pelo conflito; afinal, a “*tradição das mulheres guerreiras não é nova*” (Parashar, 2010, p. 179).

Diante disso, as representações femininas ao longo da história têm sido moldadas por mitos, lendas e narrativas que frequentemente classificam as mulheres em “dois campos, dois opostos irreduzíveis. Por um lado, a abençoada Virgem Mãe, a santa, a mulher virtuosa; por outro, a Eva, a bruxa, a fonte de todos os males” (Beauvoir, 2009, p. 191). A dicotomia expressa por Simone de Beauvoir (2009) na caracterização das mulheres revela uma representação limitada da identidade feminina, perpetuada ao longo do tempo. Essa representação foi frequentemente construída não pelas próprias mulheres sobre si mesmas, mas pelas percepções, vozes e narrativas masculinas, logo, enquanto o homem se mantém como o Sujeito “absoluto”, a mulher é o “Outro”¹⁰ (2009, p. 19). De maneira análoga, no que diz respeito à experiência das mulheres em guerra, Svetlana Aleksievitch (2016, p. 12) afirma que:

Tudo o que sabemos da guerra conhecemos por uma “voz masculina”. Somos todos prisioneiros de representações e sensações “masculinas” da guerra. Das palavras “masculinas”. Já as mulheres estão caladas [...] Os relatos femininos são outros e falam outras coisas. A guerra “feminina” tem suas próprias cores, cheiros, sua iluminação e o seu espaço sentimental. Suas próprias palavras.

Com isso, é possível reconhecer que os mitos e lendas criados, as narrativas contadas e as representações vividas pelas mulheres, quando não são distorcidas pela perspectiva masculina, muitas vezes permanecem desconhecidas. Assim, o resgate das vozes femininas e o reconhecimento das mulheres como agentes, ao invés de meros objetos de curiosidade analítica, abrem espaço para uma nova percepção de mundo e, principalmente, ampliam os

⁹ Tradução livre. Texto original: “The tradition of women warriors is not new” (Parashar, 2010, p. 179).

¹⁰ “A mulher é definida e diferenciada com referência ao homem e não ele com referência a ela; ela é o inessencial em face do essencial. Ele é o Sujeito, ele é o Absoluto: ela é o Outro” (Beauvoir, 2009, p. 19).

sentidos dos processos políticos internacionais (Enloe, 2000, p. 300), levando à reflexão proposta por Cynthia Weber (1994): 'E se o objeto começasse a falar?'¹¹.

Por outro lado, é importante ressaltar que as mulheres, principalmente aquelas do Mundo Não-Occidental, não devem ser consideradas um grupo homogêneo. Suas singularidades, posições e funções variam de acordo com cada cultura, espaço e tempo, tornando-as específicas de cada contexto social e cultural (Carreiras, 1997; Segal, 1999; Goldstein, 2001). Além disso, as contribuições históricas das mulheres são frequentemente analisadas de maneira simplista, deixando de lado os diversos papéis que elas podem desempenhar em cenários de conflito (Moura, 2007; Whitworth, 2008; MacKenzie, 2010; Rabelo, 2014; Sjoberg, 2016). A formulação de perguntas diferenciadas, focando na experiência cotidiana das mulheres, leva a entendimentos fundamentalmente distintos sobre Segurança¹² (Wibben, 2011, p. 87).

Nesse contexto, as seções subsequentes pretendem traçar uma trajetória histórica da representação de gênero em conflitos armados, tanto direta quanto indiretamente, especialmente a partir da Teoria Feminista de Segurança Internacional. O objetivo é identificar personalidades históricas femininas, muitas vezes invisibilizadas, e suas contribuições para os conflitos e guerras em que estiveram envolvidas. Ademais, apesar da multiplicidade de funções que as mulheres desempenhavam em conflitos violentos, o presente trabalho tem como foco analisar mulheres combatentes. Embora o recorte histórico do trabalho não se estenda até os períodos a seguir, compreende-se que, para atestar a presença constante da mulher como protagonista em eventos militares, devem ser utilizados exemplos de diferentes regiões e épocas, abrangendo a Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna, Século XIX e Século XX, introduzindo assim o estudo do caso tratado neste trabalho.

3.3.1 Idade Antiga: Mitos, Rainhas e Almirante

A representação mitológica das mulheres Amazonas, guerreiras que formaram uma sociedade matriarcal e que lutavam em exércitos femininos para se defender dos inimigos, desafiava os papéis de gênero tradicionais na Grécia antiga (Justice, 2006). Wintjes (2012) argumenta que, embora as Amazonas sejam de grande importância mitológica, sua relevância para o estudo da participação feminina no contexto de guerra da Antiguidade é limitada, pois é evidente a partir dos relatos que a imagem dessas mulheres estava repleta de estereótipos.

¹¹ Tradução livre. Texto original: "But what if the object began to speak?" (Weber, 1994, p. 337).

¹² Tradução livre. Texto original: "They show that how asking different questions, questions that arise by focusing on (women's) everyday experience, lead to fundamentally different understandings of security" (Wibben, 2011, p. 87).

Elas simbolizavam mulheres que desafiavam a concepção ideal de feminilidade da sociedade, sendo frequentemente retratadas como menos femininas e mais masculinizadas (Carreiras, 1997; Goldstein, 2001). Todavia, a limitação da representação do mito das Amazonas não anula as histórias de mulheres guerreiras ao longo da história. Como Wintjes (2012, p.22) acrescenta, o caso das mulheres atenienses em 479 a.C., que invadiram a casa e mataram a família de Lykidas, um membro do conselho ateniense a favor dos persas e, portanto, traidor.

Conhecida por sua vitória contra Ciro, o Grande, da Pérsia por volta de 590 a.C. Tomyris era a rainha de Massagetas, uma tribo nômade na Ásia Central localizada na região do atual Turcomenistão. Segundo Heródoto¹³ (apud Weststeijn, 2016), Ciro após ter seu pedido de casamento negado por Tomyris, capturou seu filho, que se suicidou em cativeiro. A rainha, portanto, jurou vingança e derrotou Ciro em batalha. Ela então encheu um odre com sangue humano e mergulhou a cabeça de Ciro nele, cumprindo sua promessa¹⁴ (2016).

Durante a invasão persa à Grécia em 480 a.C., a figura de Artemisia merece destaque por ser considerada a primeira almirante mulher da história. Ela era governante da Caria, na Ásia menor, e foi responsável pelo comando de cinco navios de combate requisitados pelo imperador persa, Xerxes I, para a invasão, sendo considerada uma grande estrategista (Jestice, 2006). Cleópatra VII, rainha do Egito, ascendeu ao trono em 51 a.C., formando alianças militares e políticas com Júlio César e Marco Antônio. Embora ela não liderasse diretamente suas tropas, sua habilidade diplomática e estratégica não só garantiu a sobrevivência temporária de seu reino, mas também influenciou a dinâmica do poder no Mediterrâneo (Jestice, 2006).

3.3.2 Idade Média: Rainha Zenobia de Palmira e Amina de Zaria

Zenobia (240 - 274 d.C.), assumiu o poder de Palmira, na Síria, após a morte de seu marido por volta de 266 d.C., apresentando-se desde então como uma rainha guerreira, descendente da Rainha Cleópatra VII do Egito (Jestice, 2006). Desde então, conquistou territórios vizinhos - nos quais ela pessoalmente comandou suas forças em batalha - e proclamou-se imperatriz independente, conquistando vitórias militares até o Mar Negro ao longo de sua vida (ibid., 2006).

¹³ Heródoto foi um historiador grego que viveu no século V a.C. e é frequentemente considerado o “Pai da História”. Ele escreveu sobre Tomyris e a batalha contra Ciro, o Grande, em sua obra *Histórias*, no Livro I. O historiador destaca, ainda, que existem várias versões da morte de Ciro, e ele escolheu a que parecia mais plausível. (Heródoto, *Histórias*, traduzido por Aubrey de Sélincourt, Penguin Classics, 2003.)

¹⁴ “Just as I threatened, I give you your fill of blood.” (Weststeijn, 2016, p.96)

Amina de Zaria, conhecida como Rainha Amina, foi uma lendária líder guerreira do século XVI no antigo reino de Zazzau, na Nigéria. Sob seu comando, um exército de 20.000 homens expandiu as fronteiras de Zazzau até Nupe, conquistando e governando cidades como Kano e Katsina ao longo de 34 anos de guerra quase contínua (Omotade; Oluwafemi, 2023, p. 50). Amina transformou Zazzau em um centro comercial próspero, introduzindo inovações militares como armaduras de metal em seu exército. Ao desafiar os estereótipos de liderança feminina, ela demonstrou que as mulheres podiam influenciar significativamente as estruturas sociais, políticas e econômicas de suas comunidades. Seu legado inspira a ideia de que as mulheres africanas têm o potencial de moldar o destino de suas sociedades, apesar dos desafios que enfrentam (ibid., 2023, p.52)

3.3.3 Idade Moderna: As Guerreiras de Daomé e a *Rani* da Índia

As Guerreiras do reino de Daomé¹⁵, localizado na África Ocidental, representam um caso emblemático da dinâmica de gênero ao longo da história, desde o início do século XVIII até seu apogeu sob o governo de Gezo (1818-1858) (Woodfork, 2006). Inicialmente integrantes da guarda real, ao longo do tempo - especialmente por volta da metade do século XIX - elas formaram um exército estimado em cerca de 4.000 a 5.000 guerreiras, embora alguns estudiosos sugiram números ainda maiores (Law, 1993, p. 251).

Apesar de viverem em uma sociedade patriarcal, as guerreiras de Daomé eram celebradas pelo povo e temidas por seus adversários. Conhecidas como “canibais frenéticas” pelos inimigos, e como “amazonas” pelos europeus, dentro de Daomé eram chamadas de “*ahosi*” (esposas do rei) ou “*mino*” (nossas mães) pelo povo local (Woodfork, 2006, p. 141). Portanto, é notória a influência dessas mulheres na formação das forças militares deste reino, visto que “as mulheres soldados ajudaram a fazer do Daomé a potência militar regional proeminente que se tornou no século XIX”¹⁶ (Goldstein, 2001, p. 64).

Lakshmi Bai, a *Rani*¹⁷ de Jhansi, é uma heroína nacional da Índia que se destacou durante a Rebelião Indiana (*Sepoy*) de 1857-1858. Ao longo de sua criação desenvolveu habilidades incomuns para meninas em sua época como andar a cavalo, lutar com espadas e armas de fogo (Anderson, 2006), e logo após a morte de seu marido, assumiu a regência por meio de seu filho, tornando-se a principal conselheira militar do exército de Jhansi. Sua morte em campo de batalha aos 22 anos transformou-a em uma mártir indiana, e seu legado

¹⁵ Atual República do Benin.

¹⁶ Tradução livre. Texto original: “Women soldiers helped make Dahomey the preeminent regional military power that it became in the nineteenth century” (Goldstein, 2001, p. 64).

¹⁷ “*Rani*” significa rainha em hindu (Anderson, 2006, p. 360)

perdurou ao ponto de, durante a Segunda Guerra Mundial, uma brigada de mulheres indianas ser nomeada em sua homenagem, destacando sua influência contínua na luta pela independência indiana (Smyth, 1966; Tahmankar, 1958; Lebra-Chapman, 1986; Sinha, 1980).

3.3.4 O Século XIX: Revolucionárias da América-Latina

Já no subcontinente latino-americano, destaca-se, entre outras, a história da baiana Maria Quitéria de Jesus, conhecida também como “Soldado Medeiros”, lutou junto às tropas brasileiras na Guerra da Independência em 1823, vestindo-se de homem e usando o codinome de seu cunhado. Além de receber condecorações ao final das campanhas, “Quitéria se [tornou] a primeira mulher a assentar praça numa unidade militar em terras brasileiras” (Chambouleyron; Resende, 2006, p. 6). Ademais, é patrona do Quadro Complementar de Oficiais (QCO) do Exército Brasileiro desde 1996.

Também na América Latina, destaca-se o caso da boliviana Juana Azurduy de Padilla, conhecida por sua atuação como revolucionária e líder militar durante as guerras de independência na Bolívia e na Argentina contra o domínio espanhol. Nascida em Chuquisaca, atualmente Sucre, em 1780, Juana teve um papel crucial na Revolução de Chuquisaca em 1809, um dos primeiros movimentos pela independência na América do Sul. Após a morte de seu marido, Manuel Ascencio Padilla, Juana assumiu o comando das tropas revolucionárias e sob seu comando, as forças revolucionárias obtiveram várias vitórias importantes, consolidando sua posição como uma das principais figuras na luta pela independência da Bolívia e da Argentina (Carletta, 2006).

Além de sua atuação em Chuquisaca, Juana Azurduy liderou em 1816 as forças insurgentes na Batalha de *La Laguna*. Nela, Juana foi reconhecida como um dos líderes da independência, sendo nomeada por Simon Bolívar como tenente-coronel do Exército dos Andes (Moreno, 2007). Tanto na Bolívia quanto na Argentina é lembrada como uma heroína nacional, tanto que em 2009, o governo boliviano a promoveu postumamente ao grau de General, e sua imagem é frequentemente utilizada como símbolo de resistência e emancipação na América Latina (Díaz, 2015).

3.3.5 Século XX: O Batalhão da Morte e as Bruxas da Noite

No século XX, especialmente no período entre guerras, a presença feminina nas Forças Armadas ganhou maior destaque tanto nos países Ocidentais quanto Orientais, cada um à sua maneira. Nesse sentido, Mady Segal (1999, p. 21) afirma que, como os papéis

militares desempenhados pelas mulheres são socialmente construídos, os impactos disso nos âmbitos político, social e cultural variam conforme a estrutura de cada Estado.

De acordo com Raymond Caire (2002, p. 57), o que se tem de conhecimento a respeito das mulheres combatentes durante a Primeira Guerra Mundial em sua maior parte eram de origem eslava ou oriental. Um caso notável foi o “Batalhão da Morte”, que era um batalhão exclusivamente feminino composto tanto por combatentes quanto por pilotos militares russas (Caire, 2002).

Maria Botchkareva, mais conhecida como Yashka era a Comandante do Batalhão da Morte Russo, que em 1917, após persuadir Alexander Kerensky, o Ministro da Defesa do governo provisório russo, conseguiu autorização para formar o batalhão (Cook, 2006, p. 68). De acordo com Farmborough (1975, p. 299) ela declarou: “Se os homens se recusarem a lutar pelo seu país, mostraremos a eles o que as mulheres podem fazer!”¹⁸ e com isso recrutou 2.000 mulheres, das quais 300 - predominantemente camponesas - foram selecionadas (Cook, 2006, p. 69). Outros batalhões como os de Botchkareva foram formados em várias regiões russas (Cottam, 2006) e estima-se que aproximadamente 5.000 mulheres russas serviram na Primeira Guerra Mundial (Herspring, 1997, p. 44).

Marina Mikhailovna Raskova - piloto, navegadora e comandante soviética - foi responsável por persuadir Josef Stalin a formar três regimentos de combate femininos durante a Segunda Guerra Mundial, apesar da disponibilidade de tripulações masculinas e da escassez de aeronaves (Cottam, 2006, p. 483). De acordo com Cottam (ibid.), após a invasão alemã, Raskova estabeleceu o Grupo Aéreo n.º 122, que treinou mulheres para funções de combate, levando à formação do 586º Regimento de Caças, do 587º Regimento de Bombardeiros de Mergulho e do 588º Regimento de Bombardeiros Noturnos. As integrantes deste último Regimento - o único composto integralmente por mulheres - foram apelidadas pelos soldados alemães como “Bruxas da Noite” devido às suas habilidades de atacar os nazistas durante a noite, com os motores desligados para evitar detecção (Daróz, 2018).

Assim, torna-se evidente que a participação dessas mulheres em conflitos armados enfraqueceu os argumentos sobre a incompatibilidade entre mulheres e guerras. Elas não apenas lutavam ativamente, como também eram frequentemente condecoradas por seus feitos. O fato de essas mulheres não serem 'grandes homens' não torna suas vidas ou as narrativas

¹⁸ Tradução livre. Texto original: “If the men refuse to fight for their country, we will show them what the women can do!” (Farmborough, 1975, p. 299)

contadas sobre elas menos importantes para a política global¹⁹ (Sjoberg; Gentry, 2007, p. 204). Afinal, o Sistema Internacional é profundamente marcado por questões de gênero, e as mulheres, como agentes ativos, têm papéis importantes nas Relações Internacionais e na Segurança Internacional, tanto individualmente quanto como integrantes de grupos sociais e políticos.

4. O IMPACTO DAS NARRATIVAS FEMININAS NOS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL

Ao analisar a representação das mulheres subalternas do Mundo Não-Occidental nas questões de Gênero e Segurança Internacional, o capítulo anterior destacou a importância da interseccionalidade de gênero, raça, nacionalidade e classe para compreender plenamente suas experiências em contextos de marginalização e opressão (Mohanty, 1984). Reconhecendo a mulher como um sujeito não monolítico, evitam-se estereótipos e valoriza-se a diversidade das vivências dessas mulheres. Com isso, a análise histórica evidenciou a presença feminina e suas contribuições para a Segurança Internacional, promovendo uma abordagem mais inclusiva em relação às suas existências.

Sendo assim, o capítulo em questão se concentra principalmente nos relatos pessoais das mulheres soviéticas durante a Segunda Guerra Mundial, utilizando a obra “A Guerra Não tem Rosto de Mulher”, da autora ucraniana Svetlana Aleksievitch (2016). Devido à dificuldade de acesso a outras fontes de relatos de diferentes conflitos a partir da perspectiva da mulher, a escolha desta obra se deve à maior acessibilidade. Essa escolha permite uma compreensão mais contextualizada de suas vivências e da maneira como reinterpreta a história da guerra.

A obra reconstrói a história da Segunda Guerra Mundial a partir da perspectiva de mulheres soviéticas que vivenciaram este conflito. Nesse sentido, o presente capítulo busca “ler as vozes” (Aleksievitch, 2016) das mulheres combatentes em seus próprios termos, para entender como suas narrativas pessoais desafiam as representações convencionais da guerra. Ao focar no emocional, no concreto, no particular e na vulnerabilidade dos corpos humanos, essas histórias revelam dimensões da experiência de guerra frequentemente ignoradas (Cohn; Hill; Ruddick, 2005, p. 5). Incorporando elementos subjetivos na análise dos conflitos por

¹⁹ Tradução livre. Texto Original: “The fact that these women are not ‘great men’ (or the like), however, does not make their lives less consequential for global politics, either in their living or in the stylized narratives told of their lives.” (Sjoberg; Gentry, 2007, p. 204)

meio dos relatos pessoais, permite-se identificar compreensões sensíveis ao gênero, bem como as necessidades das mulheres que muitas vezes são negligenciadas.

Os relatos das mulheres presentes na obra de Aleksievitch (2016) serão analisados, dividindo-os em quatro categorias, cada uma correspondendo a sentimentos vivenciados e descritos pelas testemunhas durante a guerra. As categorias são: 1. Silenciamento e o (não) pertencimento; 2. Memória, dor e medo; 3. Crueldade, ódio e vingança; 4. Amor, coragem, morte e vida pós-guerra. Essas divisões permitem uma análise mais estruturada das experiências femininas no contexto bélico, destacando as particularidades e a complexidade de cada sentimento. Por fim, será discutida a reconstrução e reinserção das mulheres após o conflito por meio da metodologia feminista de Cooperação Empática, proposta por Christine Sylvester (1994), contribuindo assim para os Estudos Feministas de Segurança Internacional.

4.1 A Construção de Narrativas Feministas

Como demonstrado no capítulo anterior, as mulheres sempre estiveram presentes na história, nos conflitos violentos e na história dos conflitos violentos, mas suas narrativas frequentemente ficaram à margem e suas experiências seguiram silenciadas. Annick T. R. Wibben (2010) aponta que as narrativas de Segurança contadas a partir de perspectivas externas oferecem uma visão alternativa àquela predominante centrada no Estado. Situando seus significados no contexto das opressões interseccionais, essas narrativas rompem os limites das abordagens tradicionais que tentam fixar os significados de Segurança e vinculá-los a uma única forma de identidade.

Esse enfoque acaba legitimando uma única história, que, por sua vez, marginaliza todas as outras perspectivas e narrativas sobre o mundo. Chimamanda Ngozi Adichie (2019, p. 26) alerta para o perigo da história única, pois ela “cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história”. Nesse contexto, a valorização de uma narrativa com uma perspectiva masculinizada acentua o desprestígio e a exclusão de tudo aquilo que é feminino.

Diante disso, a Teoria Feminista insiste na importância de incluir diferentes vozes e narrativas para desafiar a hegemonia das histórias únicas. Ao dar espaço às experiências e perspectivas femininas, ela não apenas questiona as narrativas dominantes, mas também reconhece, nas descrições narrativas dos sujeitos femininos, as múltiplas formas pelas quais segurança e identidade se implicam mutuamente (Sjoberg; Gentry, 2007, p. 100).

As diferenças entre histórias e contadores de histórias, bem como ao longo do tempo e entre lugares, precisam ser explicitamente reconhecidas e não suavizadas (Sjoberg; Gentry,

2007, p. 101). Reconhecer, assim, que cada narrativa é única, mas simultaneamente múltipla, nos permite identificar elementos como deslizes, conversas, locais e perspectivas que frequentemente desafiam a visão tradicional das Relações Internacionais, mas que muitas vezes não são notados (Sylvester, 1994).

No que se refere à memória, é fundamental compreender que ela constitui uma forma de representação do passado. Além disso, a memória surge da intersecção entre a recordação e a imaginação, sendo influenciada pelas emoções associadas, pelo decorrer do tempo, pelo contexto da comunicação durante o relato, entre outros fatores. Nas palavras de Aleksievitch (2016, p. 11) “as lembranças não são um relato apaixonado ou desapaixonado de uma realidade que desapareceu, mas um renascimento do passado [...]. Ao contar, as pessoas criam, “escrevem” sua vida. Ao mesmo tempo, a dor funde e aniquila qualquer falseamento”.

Histórias importam. As histórias das mulheres que estiveram de alguma forma envolvidas em conflitos e guerra importam. Suas preocupações, os medos, as ambições e as necessidades daquelas que não são ouvidas têm consequências materiais e políticas, e funcionam como uma “janela” para um tempo e um lugar particular (Sjoberg; Gentry, 2007), uma experiência particular e única que só pode ser contada por elas. Portanto, pensar criticamente tudo que se entende por guerra a partir das histórias contadas e escritas pelas mulheres possibilita - a partir de um reconhecimento das diversidades de experiências, identidades e perspectivas - a ampliação de novas compreensões das dinâmicas internacionais.

4.1.1 A Guerra Como Uma Experiência Emocional

Ao considerar a guerra como uma experiência, deve-se considerar não somente o aspecto físico dos corpos que nela estão submetidos, mas também o aspecto emocional (Sylvester, 2013). A guerra, em sua essência, ultrapassa a destruição física. Na guerra das mulheres, cada soldado, cada civil envolvida, carrega consigo não apenas as marcas visíveis dos conflitos, mas também aquelas que ninguém, que não elas, podem ver ou sentir. Fisicamente, a guerra impõe uma série de dificuldades tangíveis. Os corpos são levados ao limite, enfrentando condições insalubres, privação de sono, fome e ferimentos que testam a resistência humana (Grossman, 2009).

No entanto, é no campo emocional que a guerra revela outra dimensão de seu impacto. O espectro de emoções vivenciadas é vasto e complexo, desde o medo visceral que paralisa, até a dor da perda que corrompe a alma. Em um dos relatos presentes na obra de Aleksievitch (2016), Klávdia Grigórievna Krókhina, Primeiro-sargento e Franco-atiradora do Exército Vermelho, relata: “[...] se fosse preciso, daria minha vida, mas não queria morrer. Mesmo que

voltasse viva de lá, a alma iria sentir dor. Agora, acho que seria melhor ter sido ferida nas pernas ou nos braços, que doesse o corpo. Porque a alma... Dói muito” (2016, p. 60). O desgaste emocional contínuo, a erosão da psique que se manifesta em formas de trauma, ansiedade e depressão, embora intangíveis, são tão devastadoras quanto qualquer ferimento físico.

Sylvester (2013) argumenta que ignorar o aspecto emocional da guerra é não compreender plenamente sua natureza destrutiva. Os efeitos psicológicos podem perdurar por décadas, transcendendo a duração do conflito e afetando gerações. As veteranas, nesse contexto, frequentemente carregam consigo um fardo invisível que influencia suas vidas cotidianas, suas relações e até mesmo suas perspectivas de futuro. Ainda no que se refere ao relato da Franco-atiradora Krókhina, a mesma conta como, anos após o fim da guerra, ainda era assombrada pelas memórias dos bombardeios (Aleksiévitch, 2016, p. 52):

Perto da nossa casa — eu sou do distrito de Tcheliábinsk — havia exploração de minério. Assim que as explosões começavam, e por algum motivo elas aconteciam sempre à noite, na mesma hora eu saltava da cama, e a primeira coisa que fazia era agarrar o capote militar e correr — precisava correr rápido para algum lugar. Minha mãe me agarrava, me apertava contra si e me convencia: ‘Acorde, acorde. A guerra acabou. Você está em casa’. Eu voltava à consciência com as palavras dela: ‘É a mamãe. A mamãe...’. Ela falava baixinho. Baixinho... Voz alta me assustava.

O relato de Krókhina destaca a extensão do trauma de guerra: sua mãe precisava tranquilizá-la, lembrando-a gentilmente que estava segura e em casa. A maneira como Krókhina despertava, assustada com vozes altas, sublinha a fragilidade e a vulnerabilidade emocional resultantes de sua experiência. De maneira análoga, Sylvester (2013) evidencia que os efeitos psicológicos da guerra são profundos e duradouros, impactando não apenas os indivíduos diretamente envolvidos, mas também as suas famílias e comunidades. Ignorar esses aspectos é negligenciar uma parte crucial da devastação causada pela guerra, que vai além das feridas físicas e abrange traumas emocionais persistentes.

Nesse sentido, considerar quais são as emoções da guerra, como elas se sentem, e como isso se reflete em suas narrativas moldam os meios de subsistência, as memórias, as relações sociais e as Relações Internacionais (Nordstrom, 2004, p. 10). E um bom lugar para identificá-las é na literatura imaginativa e nos diários de não especialistas em guerra (ibid., 2004), pois elas retratam de uma forma crua e sensível tudo aquilo que viveram e sentiram.

4.2 Análise dos Relatos na Obra “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher” de Svetlana Aleksievitch

Como mencionado anteriormente, a obra “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher”, de Svetlana Aleksievitch, oferece uma perspectiva única sobre a Segunda Guerra Mundial por meio dos relatos pessoais das mulheres soviéticas que vivenciaram esse conflito. Neste estudo, as categorias de análise foram cuidadosamente desenvolvidas e selecionadas com base na interpretação desses relatos. A análise dessas narrativas, divididas em quatro categorias distintas, proporciona uma compreensão mais profunda das experiências vividas por essas mulheres durante a guerra, explorando uma ampla gama de sentimentos, como silenciamento, o (não) pertencimento, memória, dor, medo, crueldade, ódio, vingança, amor, coragem, morte e vida pós-guerra. Por fim, a fim de contribuir para pesquisas futuras, será demonstrado como a metodologia feminista de *Cooperação Empática*, proposta por Christine Sylvester (1994), contribui significativamente para os Estudos Feministas de Segurança Internacional, permitindo a construção de coalizões e de redes de apoio que transcendem as divisões de gênero.

4.2.1 “Os Homens... A contragosto eles deixam as mulheres entrar em sua guerra, em seu território”: Sobre Silenciamento e o (não) Pertencimento

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), estima-se que o Exército Vermelho soviético contou com mais de 1 milhão de mulheres que dominavam todas as especialidades militares, principalmente aquelas consideradas “masculinas” (Aleksievitch, 2016, p. 8). Logo, essas mulheres foram integradas no ambiente de guerra que já tinha suas premissas e normas comportamentais definidas por valores masculinos (Peterson, 2010, apud. Sjoberg & Via, 2010, p. 6). Nesse caso, suas necessidades como mulheres foram desconsideradas, tendo em vista que ao se voluntariarem para servir à nação, mesmo que por amor à pátria, as mulheres soviéticas foram contra tudo aquilo que se entendia por “feminilidade” na época.

Em alguns casos, elas insistiam para serem aceitas no serviço militar. Antonina Mironovna Lenkova relata que, quando ela e outras jovens chegaram à unidade militar, o comandante inicialmente queria designá-las para outras funções que não a militar. Indignada, ela protestou: “Somos voluntárias! Viemos defender a pátria! Só vamos se for para as subdivisões militares...” (Aleksievitch, 2016, p. 234). Assim, elas foram encaminhadas para o serviço militar propriamente dito.

Anna Krylova (2010, p.18) propõe uma nova maneira de entender a identidade da mulher-soldado, não como uma simples mistura de características masculinas e femininas,

mas como uma identidade única que vai além da soma dessas partes. Isso significa reconhecer que atributos tradicionalmente vistos como opostos podem coexistir harmoniosamente. Além disso, Krylova argumenta que, ao usarem símbolos de feminilidade, as mulheres-soldado não estavam importando valores tradicionais para o campo de batalha, mas redefinindo o que significa ser feminina, dissociando a feminilidade de fraqueza e frivolidade. Dessa forma, esses símbolos podem ser vistos como uma ruptura com a feminilidade convencional (ibid.). Os frequentes preconceitos em relação à suposta fragilidade física e emocional das mulheres, portanto, destacam a discriminação de gênero, subestimando o feminino em favor da valorização do masculino.

Nesse sentido, algumas das meninas e mulheres que foram à guerra tiveram dificuldades de abdicar de determinados acessórios que não seriam usados, e logo no alistamento, tudo aquilo de “ vaidoso ” foi deixado para trás: “ No centro de alistamento, entrei por uma porta de vestido e saí pela outra de calças e camisa militar [...] cortaram minha trança, na cabeça só sobrou um topetinho... ” (Aleksiévitch, 2016, p.20). O vestuário também era masculinizado, elas recebiam uniformes masculinos, geralmente extremamente grandes e desconfortáveis. Nonna Aleksándrovna Smirnova, soldado e operadora de artilharia antiaérea, media 1,53 metro, calçava 35 e a ela lhe foi dado um calçado muito maior do que o ideal (Aleksiévitch, 2016, p. 97):

Arrumaram uns coturnos número 42 para mim; eu os tirava e calçava sem desamarrar o cadarço, e eles eram tão grandes que eu andava arrastando os pés na terra dia e noite. Saíam faíscas da ponte de pedra por causa da minha marcha militar, e meu andar parecia qualquer coisa, menos uma marcha. É horrível lembrar o pesadelo que foi a primeira marcha. Estava preparada para realizar grandes feitos, mas não para usar coturnos tamanho 42 em vez de 35. Eram tão pesados e tão feios! Tão feios!

Sua fala expressa a indignação não só pela inadequação dos coturnos, que eram pesados e não serviam, mas também pela sua aparência, refletindo uma sensação de perda de identidade feminina. A inadequação das vestimentas evidencia que a guerra era um ambiente tipicamente masculino, onde a estética e a aparência, aspectos frequentemente associados à feminilidade, eram comprometidos. Isso resultava em uma sensação de despersonalização e alienação para as mulheres, que se viam forçadas a se adaptar a padrões e expectativas que não consideravam suas necessidades e identidades.

A problemática do (não) pertencimento feminino na guerra, conforme demonstrado, e o subsequente silenciamento a que foram submetidas ao longo do conflito e mesmo no pós-guerra, são abordados na obra de Svetlana Aleksiévitch (2016) desde o início. A autora

questiona o “por que, depois de defender e ocupar seu lugar [...] as mulheres não defenderam a sua história? Suas palavras e seus sentimentos?” (2016, p. 12), e a mesma conclui que elas estão rodeadas por um mundo invisível, na qual querem contar suas histórias, mas estão impotentes. “Sim”, Svetlana afirma, “elas choram muito. Gritam. Depois que eu saio, tomam remédios para o coração. Chamam a “emergência”. Mas mesmo assim me pedem: “Volte. Volte sem falta. Ficamos em silêncio por tanto tempo. Quarenta anos em silêncio...” (Aleksiévitch, 2016, p. 22).

Esses relatos demonstram o profundo desejo feminino de contar sua história, a história da guerra vista de seu próprio ponto de vista, e não a repetição e exaltação da história e experiência de guerra de outrem. Apesar do silenciamento e da constante reiteração de que o ambiente de guerra não é tradicionalmente destinado às mulheres, surge a indagação sobre a quem pertence verdadeiramente esse espaço. No entanto, mesmo diante dessas adversidades, as mulheres persistiram, resistiram e se destacaram, mesmo quando “ocupadas com uma tarefa desumanamente humana” (Aleksiévitch, 2016, p. 12).

4.2.2 “*Quem conta a guerra são as mulheres. Choram. Cantam enquanto choram*”: Memória, Dor e Medo

Para Maria Stern (2006) o uso de narrativas em Estudos Feministas de guerra com base em entrevistas de história de vida - como a obra de Svetlana Aleksiévitch (2016) - permite a identificação de elementos-chave entre e através das narrativas individuais, oferecendo, assim, uma gama de representações das experiências e preocupações das mulheres na guerra. Ademais, a experiência humana é sempre mediada pelo discurso, com as narrativas sendo a forma mais próxima de compreender as vivências de outra pessoa. Ela argumenta que, embora as pessoas realmente vivenciem ameaças, danos, segurança e bem-estar, o significado atribuído a essas experiências é continuamente construído mediante uma rede de diferentes discursos (Stern, 2006, p. 185).

As soviéticas que narram suas memórias no livro de Svetlana Aleksiévitch, o fazem na velhice (2016, p. 15). Aquilo que Stern (2006) identificou como elementos-chave, na obra de Svetlana pode ser a representação das memórias e dos sentimentos da guerra das mulheres, visto que o que as une é a lembrança de uma juventude perdida, e, com isso, o exercício também por uma autorrepresentação e autorreflexão crítica. Ao voltar os olhos para trás, elas se depararam com o desejo não somente de contar suas próprias histórias, como também de alcançar o mistério da vida (Aleksiévitch, 2016, p. 15). Ao buscar na memória os momentos de guerra, a dor e o sofrimento se fazem presente na maioria dos relatos, pois “a guerra”, nas

palavras de Svetlana, “é um sofrimento íntimo demais. E tão infinito quanto a vida humana.” (ibid.).

O impacto psicológico da guerra demonstra como o medo e o sofrimento podem distorcer e obscurecer as memórias. Em um relato, Klávdia Grigórievna Krókhina menciona: “Não me lembro nem dos pássaros, nem das cores. Claro, isso tudo existia, mas não me lembro. É, pois é. Estranho, não? Será que havia filmes em cores na guerra? Nela, é tudo negro. Só o sangue tem outra cor, só o sangue é vermelho...” (Aleksiévitch, 2016, p. 59). A lembrança exclusiva do vermelho do sangue como um contraste sublinha a intensidade da violência e do horror vivenciados por Klávdia.

Maria Ivánovna Morôzova fora franco-atiradora, recebera onze medalhas, e a sua contagem em combate era de 75 mortos. Em seu relato, a soviética detalha a primeira vez que tirou a vida de alguém, um alemão (Aleksiévitch, 2016, p. 51):

[...] resolvi atirar. Decidi, e de repente cruzou pela minha cabeça um pensamento: mas é uma pessoa; mesmo sendo inimigo, é uma pessoa, e minhas mãos começaram a tremer um pouco, um arrepio passou por todo o corpo, um calafrio. Um medo... Até hoje às vezes essa sensação volta no sono... [...] Ainda estava olhando pelo visor ótico, via bem. Ele parecia próximo... E, dentro de mim, algo resistia... Algo não deixava, eu não conseguia me decidir. Mas retomei o controle e apertei o gatilho... Ele acenou com as mãos e caiu. Se estava morto ou não, não sei. Mas depois disso comecei a tremer ainda mais, surgiu um medo: eu matei uma pessoa?! Era preciso me acostumar a essa ideia. Sim... Numa palavra, um horror! Não dá para esquecer...

Anna Krylova (2010, p. 252) afirma que as lembranças das franco-atiradoras sobre suas primeiras mortes, eram geralmente consumidas pelo medo, mas esse sentimento foi descrito por veteranas como um momento rápido, comum a todos os jovens combatentes que na maioria das vezes é superado pelo automatismo de sua experiência de combate. Elas eram imersas nos discursos dominantes de seu treinamento e de uma linha de frente soviética que desencorajava considerações sobre a natureza viva do inimigo, tendendo, então, a marginalizar e, muitas vezes, omitir a contemplação da humanidade de seus alvos (ibid.). Para muitas mulheres no *front*, “matar é mais difícil do que morrer” (Aleksiévich, 2016, p. 42). No entanto, para outras como Klávdia, que afirmou que “não importa o quanto eu matasse, já não ficava com pena” (2016, p. 53), tirar a vida de outra pessoa havia deixado de ser uma questão naquele momento.

4.2.3 “O coração só pede uma coisa: matá-los, matar o maior número possível, exterminar do jeito mais cruel”: Crueldade, Ódio e Vingança

Nas especificidades presentes em cada narrativa, algumas mulheres evidenciam de forma explícita a crueldade e o sentimento de vingança, demonstrando que, no contexto de guerra, também eram capazes de atos de barbárie contra seus inimigos. Esses relatos reforçam que o ódio e a capacidade de torturar não eram exclusivos aos homens, e a brutalidade da guerra permeava as experiências de todos os combatentes, independentemente do gênero.

Na obra “*Mothers, Monsters, and Whores*” (2007), Laura Sjoberg e Caron Gentry destacam que mulheres violentas, associadas ao arquétipo de “monstros”, são vistas como aberrações da feminilidade, sendo consideradas exceções à norma de que as mulheres são pacíficas e cuidadoras, incapazes de praticar qualquer barbárie. De maneira análoga, *A Guerra Não Tem Rosto de Mulher* evidencia que a crueldade também faz parte da guerra feminina, ressaltando que essa característica é, sobretudo, humana e independe de gênero ou sexo. Essas narrativas desconstróem estereótipos simplistas e mostram que, em contextos de guerra, as mulheres também são capazes de atos de violência e crueldade, refletindo a complexidade das experiências humanas em situações extremas. Os relatos abaixo, de testemunhas anônimas, seguem a título de exemplo (Aleksiévitch, 2016, p. 33-34):

[...] não fuzilávamos, era uma morte leve demais para eles: nós os esfaqueávamos como porcos, com as baionetas, cortávamos em pedacinhos. Eu ia lá ver... Esperava por isso! [...] O que você sabe a respeito dessas coisas?! Eles queimaram minha mãe e minhas irmãzinhas em uma fogueira no meio da aldeia...

Nos arredores de Stalingrado havia tantos mortos que os cavalos já não tinham medo deles. Normalmente, eles se assustam. Um cavalo nunca pisa em um morto. Recolhemos nossos mortos, mas havia alemães jogados por toda parte. Congelados... Cobertos de gelo... Eu era motorista, levava caixas 166 com projéteis de artilharia e escutava os crânios estalando debaixo das rodas... Os ossos... E ficava feliz...

Percebe-se que o ódio profundamente enraizado contra o inimigo era tão intenso que qualquer aspecto ou símbolo associado ao adversário desencadeava uma reafirmação imediata de seu repúdio. Essa aversão, expressa de maneira crua e direta, demonstra a profundidade da animosidade e a disposição para a crueldade das mulheres, reafirmando que tais sentimentos não são exclusivos aos homens, mas uma parte intrínseca da experiência humana tanto em contextos de conflito como fora deles. Elena Fiódorovna Kovaliévskaja, uma *partisan*, ao lembrar seus sentimentos ao ver o inimigo em sua terra, descreve: “Conheci o ódio... Pela primeira vez conheci esse sentimento... Como eles podiam andar por nossa terra? Quem eram eles? Tive febre quando vi essa cena.” (Aleksiévitch, 2016, p. 87)

Valentina Pávlovna Tchudáieva, sargento e comandante de canhão antiaéreo, compartilha como o ódio foi necessário para vingar a morte de seu pai (2016, p. 151): “Ninguém vai atirar sem ódio. É uma guerra, não uma caçada.” Ela se recorda de um artigo lido em suas aulas de educação política que incitava a matar o inimigo sem piedade, carregando consigo essa mentalidade e a notificação de morte de seu pai por toda a guerra “Atirar! Atirar! Precisava me vingar...” (ibid.)

Antonina Aliekséievna Kondrachova, batedora da brigada de *partisans Bitóchskaia*, revela que o ódio a ajudava, e confessa (Aleksiévitch, 2016, p. 309):

Até hoje tenho nos ouvidos o grito de uma criança quando foi atirada dentro de um poço. [...] Depois disso, quando você sai para uma missão, o coração só pede uma coisa: matá-los, matar o maior número possível, exterminar do jeito mais cruel. Quando eu via os fascistas prisioneiros, tinha vontade de pegar qualquer um. Estrangular. Estrangular com as mãos, morder com os dentes. Eu não mataria, seria uma morte leve demais para eles. Não com uma arma, com um fuzil...

Kondrachova descreve como o trauma de presenciar atrocidades, como o grito de uma criança atirada em um poço, transformou seu desejo de vingança em uma necessidade de exterminar o inimigo com extrema crueldade. Sendo assim, por meio dos relatos dessas mulheres, fica claro que, em contextos de violência e desumanização, as mulheres podem adotar comportamentos violentos como forma de resistência, como um meio de lidar com o trauma e o horror da guerra, mas também por desejo.

4.2.4 “Como era ele, o amor? Ao lado da morte...”: Sobre amor, morte e vida depois da guerra

Em um ambiente tão hostil como a guerra, pode parecer contraditório afirmar que há espaço para o amor. No entanto, mesmo em meio ao caos e à destruição, Svetlana Aleksiévitch (2016) documenta como as mulheres soviéticas frequentemente mencionam episódios de afeto e ligação emocional, contrastando com o cenário de violência, ódio e morte. Aleksiévitch observa que “o amor é o único acontecimento pessoal na guerra. Todo o resto é coletivo – até a morte” (2016, p. 279). Tão pessoal, que ao ouvir relatos românticos, a autora notava uma maior vigilância e resistência em falar do amor na guerra do que dos eventos trágicos (Aleksiévitch, 2016, p. 290).

O amor no *front* era proibido; se os comandantes ficassem sabendo, via de regra, um dos apaixonados era transferido para outra unidade, simplesmente separavam os dois. Nós o protegíamos, guardávamos. Não mantivemos nossos juramentos infantis... Nos apaixonávamos. Acho que se não tivesse me apaixonado na guerra,

não teria sobrevivido. O amor me salvou... [Sófia Kríguel, primeiro-sargento, francoatiradora]

Essa relutância tinha suas raízes na culpa que elas sentiam ao viver algo considerado “inadequado” para aquele contexto. Em meio à brutalidade da guerra, manifestava-se um sentimento que não se encaixava com a realidade violenta e desumana ao redor. Essa dissonância emocional gerava um conflito interno, onde o amor, por mais genuíno que fosse, parecia deslocado e até mesmo proibido.

Em um relato anônimo, foi descrito o planejamento de um casamento em meio às trincheiras, antes do combate, em que o vestido foi feito com um paraquedas alemão (Aleksiévitch, 2016, p. 22). Com isso, percebe-se que a incerteza e a proximidade da morte a qualquer momento motivavam a urgência de viver esse sentimento, Como expressado por uma das personagens: “Íamos morrer pela vida, e eu ainda não sabia o que era a vida. Só tínhamos lido em livros a respeito de tudo. Eu adorava filmes de amor...” (Aleksiévitch, 2016, p. 129). Elas se lançavam na guerra com coragem, afinal, não se tratava só de guerra, mas também de sua juventude (Aleksiévitch, 2016).

Por serem tão jovens, elas deixavam se envolver por seus sentimentos, sejam de medo, vingança, ódio, amor ou coragem. Se envolviam por eles e ainda desempenhavam suas funções com maestria, e mesmo tão novas, mostravam-se superiores à guerra e à própria morte, preparando-se diariamente para enfrentá-la, sem saber se de fato a encontrariam. Almejavam uma morte digna, em combate (Aleksiévitch, 2016). Apesar de tudo, aquelas que sobreviveram se recordam com orgulho da sua história, coragem e emoção. Ao fim da guerra, seus sentimentos se misturavam: “Como íamos viver? [...] Alegria e medo. Antes tínhamos medo da morte, agora, da vida... Era igualmente assustador. [Klávdiá S-va, franco-atiradora]” (Aleksiévitch, 2016, p. 304).

Muitas delas não acreditavam que haveria vida após a guerra, muito menos que um dia contariam suas histórias. No entanto, além de compartilhá-las, elas construíram uma nova narrativa sobre a guerra — uma guerra desconhecida, com seus rostos, suas vozes, seus sentimentos e suas vitórias. Foram capazes de se afastar do cânone e retornar para si mesmas. Sem saber, ao contarem suas histórias, não como meras testemunhas, mas como atores ativas, construíram uma história própria, que sempre esteve presente, mas que por muitos anos permaneceu silenciada e excluída da memória e da história. Sobre a importância e o potencial transformativo das narrativas pessoais, o último relato é de Tamara Stiepánovna Umniáguina, terceiro-sargento da guarda e enfermeira instrutora que confessa: “Precisamos transmitir. Em

algum lugar do mundo nosso grito deve ser guardado. Nosso berro...” (Aléksiévitch, 2016, p. 389).

4.3 Para uma “Cooperação Empática”: Uma Abordagem Feminista para a Reconstrução das mulheres no contexto pós-guerra

Diante do que foi exposto, os relatos presentes na obra “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher” (2016) desafiam as normas que afirmam que as mulheres não participaram ativamente na guerra. Suas experiências ultrapassam todas as limitações que um dia lhes foram impostas, demonstrando uma realidade contrária ao que lhes ensinaram que não poderiam ser. As narrativas pessoais dessas mulheres evidenciam símbolos e valores compartilhados que transcendem qualquer divisão de gênero em relação aos conflitos armados. Através das memórias de guerra, as mulheres se reconstituem e se transformam. Nesse contexto, torna-se crucial para os Estudos Feministas de Segurança Internacional identificar, nas diferenças, as possíveis conexões e os traços de compartilhamento que possibilitem a construção de coalizões e solidariedades transversalizadoras (Matos, 2010, p. 75).

Ao fim de guerras e conflitos, as mulheres combatentes, ao retornarem, muitas vezes enfrentam uma reintegração dupla: no lar e na sociedade civil. Elas podem ser vistas como transgressoras das normas de gênero, enfrentando discriminação e rejeição social. Essas transições negligenciam frequentemente as experiências e necessidades específicas das mulheres (Enloe, 1993). Portanto, conforme vistas como exceções temporárias às normas de gênero, espera-se que retomem rapidamente suas funções de cuidadoras e domésticas, independentemente da competência e liderança demonstradas durante o conflito (Afshar, 2003). Práticas como a de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) desempenham um papel fundamental na reintegração das ex-combatentes, mas muitas vezes falham em abordar as necessidades específicas das mulheres.

Segundo Muggah (2009), as fases de desarmamento, desmobilização e reintegração tendem a ser projetadas com um enfoque predominantemente masculino, desconsiderando as perspectivas de gênero. As mulheres combatentes enfrentam desafios adicionais, como estigma social e dificuldades em acessar recursos e oportunidades econômicas. Para uma reintegração efetiva, é necessário que os programas de DDR reconheçam formalmente o papel das mulheres e ofereçam apoio psicológico, treinamento vocacional, educação e auxílio financeiro, promovendo sua independência financeira e valorizando suas competências adquiridas durante o conflito (Kingma, 2000).

Por meio da “Cooperação Empática” (Sylvester, 1994) a abordagem da solidariedade empática e transversalizadora torna-se essencial para a reintegração das mulheres combatentes, ao promover a construção de coalizões e de redes de apoio que transcendem as divisões de gênero. Esse enfoque ajuda a garantir que as experiências das mulheres sejam reconhecidas e valorizadas, permitindo que elas ocupem posições de liderança e influência na sociedade pós-conflito. Portanto, Christine Sylvester define o método da Cooperação Empática, da seguinte forma (Sylvester, 1994, p. 317):

Trata-se de um processo de deslizamento posicional que ocorre quando se ouve com seriedade as preocupações, os medos e as agendas daqueles que não estamos acostumados a ouvir ao construir uma teoria social, considerando em vez de descartar, encontrando nas preocupações dos outros as fronteiras de nossas próprias preocupações e medos²⁰ [Tradução livre].

Ao adotar a Cooperação Empática como método nas análises feministas de Segurança Internacional, as experiências expressas nas narrativas pessoais, assim como as necessidades das mulheres combatentes e ex-combatentes antes, durante e depois dos conflitos, devem ser consideradas prioridades nas agendas de Segurança e Relações Internacionais. Logo, as diversas formas de conhecimento das mulheres podem se desenvolver em perspectivas epistemológicas e políticas menos distorcidas do que os cânones tradicionais, que sustentam e reproduzem o saber a partir da perspectiva do privilégio soberano – ou seja, do ponto de vista daqueles que criam e vencem as guerras (Sylvester, 1994, p. 323).

Portanto, conclui-se que a abordagem de Cooperação Empática proposta por Christine Sylvester (1994), quando integrada à análise das interseccionalidades de gênero, sexualidade, raça, nacionalidade e classe (Mohanty, 1984), revela as mulheres como sujeitos profundamente conectados à sua própria condição de sujeitos (ibid., 1994). Esta perspectiva não apenas reconhece, mas também valoriza as experiências e necessidades específicas das mulheres, tornando-as atores tão ativos e significativos quanto os *'mainstreams'* nas relações internacionais. Assim, a Cooperação Empática promove um entendimento mais abrangente e inclusivo, permitindo que as vozes das mulheres e outras identidades marginalizadas sejam ouvidas e consideradas nas agendas de Segurança Internacional e Relações Internacionais.

²⁰ Tradução livre. Texto original: “The method i particularly want to explore is one i term empathic cooperation. It is a process of positional slippage that occurs when one listens seriously to the concerns, fears, and agendas of those one is anaccustomed to heeding when building social theory, taking on board rather than dismissing, finding in the concerns of others borderlands of one's own concerns and fears.” (Sylvester, 1994, p. 317)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo central investigar de que forma as narrativas pessoais das mulheres combatentes contribuem para os Estudos Feministas de Segurança Internacional. A partir da hipótese inicial, verificou-se que as narrativas pessoais das mulheres combatentes desempenham um papel significativo ao desafiar as concepções tradicionais e evidenciar as múltiplas interações entre segurança e identidade, destacando o papel crucial das mulheres como agentes ativos na Segurança Internacional.

Para alcançar o objetivo deste trabalho, foi necessário primeiro compreender o surgimento dos Estudos Feministas de Segurança Internacional, a partir de sua interseccionalidade com os Estudos de Segurança Internacional. A primeira seção concentrou-se em revisar a literatura desde o surgimento dos Estudos de Segurança Internacional, explorando seus principais conceitos e abordagens. Dessa revisão, tornou-se claro que os Estudos de Segurança Internacional, originalmente focados na segurança do Estado e caracterizados por uma perspectiva estadocêntrica, foram desafiados por abordagens críticas que ampliaram a noção de segurança para além do âmbito militar e das ameaças diretas. Nesse contexto, os Estudos Feministas de Segurança Internacional surgiram como uma abordagem *multinível* e *multidimensional* (Tickner, 2001), que integra o gênero como uma categoria analítica fundamental para examinar as margens do cenário internacional e dar voz às percepções e experiências femininas muitas vezes negligenciadas.

Após revisar a história desde a Antiguidade até o século XX, destacando a presença de mulheres combatentes em diversas funções, a pesquisa revelou que o silenciamento das suas narrativas evidencia a persistência da violência em várias formas. Este silenciamento começa pela exclusão do espaço e do reconhecimento das mulheres em contextos de conflito, perpetuando uma marginalização histórica e duradoura das suas vozes. Spivak (1988) argumenta que as mulheres subalternas são frequentemente privadas de um espaço para expressar suas experiências, fortalecendo estruturas de poder dominantes que as marginalizam. Além disso, Mohanty (1984) critica a representação simplificada das mulheres do Mundo Não-Occidental pelas Feministas Ocidentais, que tende a homogeneizar suas identidades e perpetuar estereótipos que contribuem para sua marginalização contínua.

Mais adiante, as narrativas das mulheres combatentes oferecem uma perspectiva única e sensível ao gênero sobre a história de guerra. A obra “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher” de Svetlana Aléksiévitch (2016) foi fundamental como fonte desses relatos, evidenciando que as experiências individuais das mulheres combatentes são narrativas que destacam o impacto

emocional, concreto e pessoal da Segunda Guerra Mundial em suas vidas. A análise dessas narrativas em quatro categorias sentimentais distintas sublinha que a guerra é, primordialmente, uma experiência profundamente emocional.

Além disso, foi identificado que a compreensão da identidade da mulher-soldado necessita de uma abordagem mais complexa e inclusiva. Conforme sugerido por Krylova (2010), essa identidade não deve ser vista como uma simples fusão de características masculinas e femininas, mas sim como uma identidade única que transcende a soma dessas partes. Isso implica reconhecer que atributos tradicionalmente percebidos como opostos podem coexistir de maneira harmoniosa e complementar, desafiando as dicotomias convencionais de gênero. A análise também revelou que as mulheres sempre estiveram presentes na história de conflitos e guerras, mas suas narrativas foram sistematicamente silenciadas.

A pesquisa inicialmente planejou analisar narrativas de mulheres combatentes em múltiplos conflitos armados para identificar pontos comuns através das diferenças. No entanto, foi encontrada significativa inacessibilidade e escassez de bibliografia disponível, evidenciando a dificuldade de acessar o lado delas da história e suas narrativas de maneira abrangente. Assim, a escolha pela obra “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher”, de Svetlana Aléksiévitch (2016), não apenas foi essencial, mas também representou a alternativa mais acessível e rica em detalhes disponíveis para a pesquisa.

Portanto, este trabalho oferece recomendações para futuras pesquisas, incentivando pesquisadores de Relações Internacionais, Segurança Internacional e Estudos de Guerra a reconhecerem a importância e a agência das estudiosas dos Estudos Feministas de Segurança Internacional. É crucial amplificar as vozes e narrativas das mulheres combatentes e de todas as que precisam ser ouvidas. Ao garantir que suas narrativas sejam lidas, ouvidas e preservadas na história, é possível expandir os conceitos de guerra, proporcionando uma nova percepção do papel das mulheres como agentes ativos no Sistema Internacional. Isso implica considerar as narrativas, a memória e as emoções para além dos Estudos Feministas de Segurança e, principalmente, adotar uma perspectiva de Cooperação Empática (Sylvester, 1994) que permita identificar conexões através das diferenças, promovendo a construção de solidariedades feministas transversais e interseccionais (Mohanty, 2003).

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. Companhia das Letras, 2019.
- AFSHAR, Haleh. Women and wars: some trajectories towards a feminist peace. *Development in practice*, v. 13, n. 2-3, p. 178-188, 2003.
- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. A guerra não tem rosto de mulher. Editora Companhia das Letras, 2016.
- ANDERSON, Nancy Fix. Lakshmi Bai and Sepoy Rebellion. In: COOK, Bernard A. (Ed.). *Women and war: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present*. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 360-361.
- AZEVEDO, Thalia Lacerda de. A escola galesa de estudos críticos de segurança: segurança como emancipação. 2009. 92 p. Monografia (Mestrado em Relações Internacionais) - San Tiago Dantas, São Paulo.
- BALDWIN, David A. Security Studies and the End of the Cold War. *World Politics*, Cambridge, v. 48, n. 1, out. 1995.
- BALDWIN, David A. The Concept of Security. *Review of International Studies*, v. 23, n. 1, p. 5-26, 1997.
- BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: Tradução: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BOOTH, Ken. *Strategy and Ethnocentrism*. New York: Holmes & Meier Publishers, 1979.
- BOOTH, K. Security and emancipation. *Review of International Studies*, v. 17, p. 313–326, 1991.
- BOOTH, Ken. *Theory of World Security*. United Kingdom: Cambridge University Press, 2007.
- BOULDING, Elise. "Focus On: The Gender Gap". *Journal of Peace Research*, v. 21, n. 1, p. 1–3, 1984.
- BUZAN, Barry. *People, States & Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era*. 2ª ed. ECPR Press, 1991.
- BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. *A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional*. Trad. Flávio Lira. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. *Security: a new framework for analysis*. London: Lynne Rienner Publishers, 1998.
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge University Press, 2003.

CAIRE, Raymond. *A mulher militar: das origens aos nossos dias*. Rio de Janeiro, Editora: Biblioteca do Exército, 2002.

CARLETTA, David M. Juana Azurduy de Padilla. In: COOK, Bernard A. (Ed.). *Women and war: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present*. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 40-41.

CARREIRAS, Helena. *Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas*. Lisboa: Edições Cosmos, 1997.

CHEMMENCHERI, Sudheesh Ramapurath. Subaltern struggles and the global media in Koodankulam and Kashmir. *Journal of South Asian Studies*, v. 38, n. 2, p. 187-199, maio 2015.

CHAMBOULEYRON, Ingrid Cyfer; RESENDE, Erica Simone Almeida. Duque de Caxias e Maria Quitéria na mesma trincheira: o questionamento das representações do masculino e feminino pela mulher combatente. In: 30º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú, 2006.

COHN, Carol. 'Feminist security studies: toward a reflexive practice'. *Politics & Gender* 7(04): pp. 581-86, 2011.

COHN, Carol; HILL, Felicity; RUDDICK, Sara. The Relevance of Gender for Eliminating Weapons of Mass Destruction. *The Weapons Of Mass Destruction Commission*, Estocolmo, v. 38, p.1-12, jun. 2005. Disponível em: <<https://genderandsecurity.org>>. Acesso em: 04 mai. 2024.

COOK, Bernard A. (Ed.). *Women and war: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present*. Santa Barbara: Abc-clio, 2006.

COTTAM, Kazimiera J. Raskova (née Malinina), Marina Mikhailovna. In: COOK, Bernard A. (Ed.). *Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present*. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 483-484.

DARÓZ, Carlos; DARÓZ, Ana. *Bruxas da Noite: as aviadoras soviéticas na Segunda Guerra Mundial*. São José dos Campos: Somos Editora, 2018.

DÍAZ, A. *Heroínas de la Patria: Juana Azurduy y otras mujeres en la lucha por la independencia*. Editorial Planeta, 2015.

ELSHTAIN, Jean B. *Public Man, Private Woman: Women in Social and Political Thought*. Princeton: Princeton University Press, 1981.

ELSHTAIN, Jean B. *Women and War*. Chicago: University Press, 1987.

ENLOE, Cynthia. *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. 2. ed. Berkeley And Los Angeles, California: University Of California Press, 1989.

ENLOE, Cynthia. *Maneuvers: The International Politics of Militarizing Women's Lives*. University of California Press, 2000.

FARMBOROUGH, Florence. *With the Armies of the Tsar: A Nurse at the Russian Front, 1914–18*. New York: Stein and Day, 1975.

FIERKE, K. M. *Critical Approaches to International Security*. Londres: Polity Press, 2007.

FOIATTO, Jordana. Representação de gênero nos conflitos armados: Uma análise da produção teórica feminista em Relações Internacionais a partir de 1980. *Revista Cadernos Internacionais*, v. 2018, n. 2, 2018.

GADDIS, John Lewis. *Strategies of Containment: A Critical Appraisal of American National Security Policy during the Cold War*. New York: Oxford University Press, 1982.

GALTUNG, J. Violence, Peace, and Peace Research. *Journal of Peace Research*, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

GOLDSTEIN, Joshua S. *War and Gender: How Gender Shapes the War System and Vice Versa*. Cambridge University Press, 2001.

GROSSMAN, Dave. *On Killing: The Psychological Cost of Learning to Kill in War and Society*. Boston: Back Bay Books, 2009.

HERSPRING, Dale R. Women in the Russian Military: A Reluctant Marriage. *Minerva: Quarterly Report on Women in the Military*, v. 15, n. 3, p. 42-59, Summer 1997.

HORKHEIMER, Max. Traditional and Critical Theory. In: HORKHEIMER, Max. *Critical Theory: Selected Essays*. New York: Continuum, 1937.

JESTICE, Phyllis G. Amazons. In: COOK, Bernard A. (Ed.). *Women and war: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present*. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 12-13.

JESTICE, Phyllis G. Artemisia of Caria. In: COOK, Bernard A. (Ed.). *Women and war: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present*. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 31-32.

JESTICE, Phyllis G. Zenobia, Queen of Palmyra. In: COOK, Bernard A. (Ed.). *Women and war: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present*. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 664.

JONES, Richard Wyn. *Security, strategy, and critical theory*. Lynne Rienner, 1999.

KINGMA, Kees. *Demobilization in Sub-Saharan Africa: The Development and Security Impacts*. New York: St. Martin's Press, 2000.

KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael C. *Critical security studies: Concepts and cases*. London: University of Minnesota Press, 1997.

KRYLOVA, Anna. *Soviet Women in Combat: A History of Violence on the Eastern Front*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

LAW, Robin. The 'Amazons' of Dahomey. *Paideuma*, p. 245-260, 1993.

LEE-KOO, Katrina. *Feminist approaches to security studies*. Australian National University Gender Institute, 2012.

LEBRA-CHAPMAN, Joyce. *The Rani of Jhansi: A Study in Female Heroism in India*. Honolulu: University of Hawaii Press, 1986.

MACKENZIE, Megan. Securitization and de-securitization: female soldiers and the reconstruction of women in post-conflict Sierra Leone. In: SJOBERG, Laura (org). *Gender and International Security: Feminist perspectives*. London and New York: Routledge, p. 151-167, 2010.

MATOS, Marlise. Feminismos: Perceber o Mundo de Outra Maneira. *Revista Estudos Feministas*, v. 18, n. 1, p. 61-82, 2010.

MATOS, M. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul Global? *Rev. Direito Práx.*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 2828-2862, 2019.

MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. *Boundary 2*, Durham, v. 12, n. 3, p. 333-358, 1984.

MOHANTY, Chandra Talpade. "Under western eyes" revisited: Feminist solidarity through anticapitalist struggles. *Signs: Journal of Women in culture and Society*, v. 28, n. 2, p. 499-535, 2003.

MONTE, Izadora Xavier. *Gênero e Relações Internacionais: Uma crítica ao discurso tradicional de segurança*. [Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais]. Brasília, Distrito Federal: Universidade de Brasília, 2010.

MORENO, P. Juana Azurduy: Vida de una guerrillera indomable. Editorial El Ateneo, 2007.

MORGENTHAU, Hans J. *Política entre as nações: a luta pelo poder e a paz*. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003 [1967].

MOURA, Tatiana. *Rostos Invisíveis da Violência Armada: um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

MUGGAH, Robert. *Security and Post-Conflict Reconstruction: Dealing with Fighters in the Aftermath of War*. New York: Routledge, 2009.

NORDSTROM, Carolyn. *Shadows of war: Violence, power, and international profiteering in the twenty-first century*. Univ of California Press, 2004.

OMOTADE, K. O.; OLUWAFEMI, A. *Sexuality and Governance: A Case of Queen Amina of Zaria and Catherine the Great of Russia*. Department of European Studies, University of Ibadan, Nigeria: African Scholar Journal of Arts and Sociological Research (JASR-6), 2023.

PARASHAR, Swati. Women, militancy, and security: The South Asian conundrum. In: SJOBERG, Laura (org). Gender and International Security: Feminist perspectives. London and New York:Routledge, p.168-187, 2010

PATEMAN, Carol. Feminist Critiques of the Public/Private Dichotomy. In: BENN, Stanley I.; GAUS, G. F.(eds.). Public and Private in Social Life. Londres: St Martin's Press and Croom Helm, 1988, p.118-40

PETERSON, V. Spike. Gendered identities, ideologies, and practices in the context of war and militarism. Gender, war, and militarism: Feminist perspectives, p. 17-29, 2010.

PONTES, Marcos Rosas Degaut. O que é Segurança?. Revista Brasileira de Inteligência, n. 9, p. 9-28, 2015.

RABELO, Tamyá Rocha. O equilíbrio de gênero nas Operações de Paz: avanços e desafios. In: MATIJASCIC, Vanessa B. Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas: Reflexões e debates. 1º ed., São Paulo: Editora Unesp, 2014, p.71-104.

RUDDICK, Sara. Maternal Thinking: Toward a Politics of Peace. Boston: Beacon Press, 1989.

SEGAL, Mady Wechsler. Funções Militares das Mulheres numa Perspectiva Comparada: Passado, Presente e Futuro. Nação & Defesa, nº 88 - 2º série, p.15-43, inverno, 1999.

SJOBERG, Laura. Gender, Justice, and the Wars in Iraq. Lanham: Lexington Books, 2006.

SJOBERG, Laura; GENTRY, Caron E. Mothers, monsters, whores: women's violence in global politics. Zed Books, 2007.

SJOBERG, Laura; VIA, Sandra (eds.). Gender, War, and Militarism: Feminist Perspectives. ABC-CLIO, 2010.

SJOBERG, Laura. Gender-based violence in War. In: SHARONI, Simona et al. Handbook on Gender and War. UK and USA: Edward Elgar, 2016.

SINHA, Shyam Narain. Rani Laksmi Bai of Jhansi. New Delhi: Chugh Publications, 1980.

SMYTH, Sir John. The Rebellious Rani. London: Muller, 1966.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. "Can the Subaltern Speak?" Marxism and the Interpretation of Culture, 1988.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o Subalterno Falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STERN, Maria. "We' the Subject: The Power and Failure of (In)Security". Security Dialogue, v. 37, n. 2, p. 187-205, 2006.

SYLVESTER, Christine. I. Some Dangers in Merging Feminist and Peace Projects. *Alternatives*, v. 12, n. 4, p. 493-509, 1987.

SYLVESTER, Christine. Empathetic cooperation: a feminist method for IR. *Millennium*, v. 23, n. 2, p. 315-334, 1994.

SYLVESTER, Christine. *War as experience: Contributions from international relations and feminist analysis*. Routledge, 2013.

TAHMANKAR, D. V. *The Ranees of Jhansi*. London: Macgibbon & Kee, 1958.

TICKNER, J. Ann. Hans Morgenthau's Principles of Political Realism: A Feminist Reformulation. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 17, n. 3, p. 429-440, 1988.

TICKNER, J. Ann. *Gender in international relations: Feminist perspectives on achieving global security*. Columbia University Press, 1992.

TICKNER, J. Ann. Revisiting Hans Morgenthau's Principles of Political Realism. In: BROWN, Michael E.; OWEN, R. (Eds.). *Theories of War and Peace: An International Security Reader*. London: MIT Press, 1998.

TICKNER, J. Ann. You Just Don't Understand: Troubled Engagements between Feminists and IR Theorists. *International Studies Quarterly*, v. 41, n. 4, p. 611-632, 1997.

TICKNER, J. Ann. *Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post-Cold War Era*. Columbia University Press, 2001.

WÆVER, Ole et al. *Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe*. London: Pinter, 1993.

WÆVER, Ole. Securitization and desecuritization. In: LIPSCHUTZ, Ronnie D. (Ed.). *On security*. Columbia University Press, 1995. p. 46-86.

WALTZ, Kenneth N. *Theory of International Politics*. Addison-Wesley, 1979.

WEBER, Cynthia. Good girls, little girls, and bad girls: Male paranoia in Robert Keohane's critique of feminist International Relations. *Millennium*, v. 23, n. 2, p. 337-349, 1994.

WESTSTEIJN, Johan. Wine, Women, and Revenge in Near Eastern Historiography: The Tales of Tomyris, Judith, Zenobia, and Jalila. *Journal of Near Eastern Studies*, v. 75, n. 1, p. 91-107, 2016.

WHITWORTH, Sandra. Feminist Perspective. In: WILLIAMS, Paul D. *Security Studies: an introduction*. Abingdon: Routledge, 2008, cap.8.

WIBBEN, Annick TR. *Feminist security studies: A narrative approach*. Routledge, 2010.

WIBBEN, Annick TR. Feminist politics in feminist security studies. *Politics & Gender*, v. 7, n. 4, p. 590-595, 2011.

WILLIAMS, Michael C. The Institutions of Security: Elements of a Theory of Security Organizations. *Cooperation and Conflict*, v. 32, n. 3, p. 287-307, 1997.

WILLIAMS, Paul. Critical security studies. In: BELLAMY, Alex J. (Ed.). *International society and its critics*. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 135–150.

WILLIAMS, Paul (Ed.). *Security Studies: An Introduction*. 2. ed. New York, Routledge, 2013.

WINTJES, Jorit. “Keep the Women out of the Camp!”: Women and Military Institutions in the Classical World. In: HACKER, Barton C.; VINING, Margaret (Ed.). *A Companion to Women in the Ancient World*. Malden: Wiley-Blackwell, 2012. p. 17-59.

WOODFORK, Jacqueline. Dahomey, Women Warriors. In: COOK, Bernard A. (Ed.). *Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present*. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 141-143.

WOLFERS, Arnold. “National security” as an ambiguous symbol. *Political science quarterly*, v. 67, n. 4, p. 481-502, 1952.

WYN-JONES, Richard. *Security, Strategy and Critical Theory*. Boulder, CO: Lynne Rienner, 1999.